



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MABEL FREIRE DE OLIVEIRA

DESCONTINUIDADE DO ENSINO PROFISSIONAL
NO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO:

Impactos e soluções para a comunidade escolar
(Rio de Janeiro, 2012-2023)

Rio de Janeiro
2024

MABEL FREIRE DE OLIVEIRA

**DESCONTINUIDADE DO ENSINO PROFISSIONAL
NO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO:**

Impactos e soluções para a comunidade escolar
(Rio de Janeiro, 2012-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

Rio de Janeiro

2024

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

O48 Oliveira, Mabel Freire de

Descontinuidade do ensino profissional no Colégio Estadual México :
impactos e soluções para a comunidade escolar (Rio de Janeiro, 2012-
2023) / Mabel Freire de Oliveira. - Rio de Janeiro, 2024.

84 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Adjovanes Thadeu Silva de Almeida.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Colégio
Estadual México. 4. Rio de Janeiro (Estado). Secretaria de Educação. 5.
Fundação de Apoio à Escola Técnica (RJ). I. Almeida, Adjovanes
Thadeu Silva de. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 370.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



MABEL FREIRE DE OLIVEIRA

DESCONTINUIDADE DO ENSINO PROFISSIONAL
NO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO:

Impactos e soluções para a comunidade escolar (Rio de Janeiro, 2012-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em dia 9 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Adjovanes Thadeu Silva de Almeida
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Gabriela Dias Bevilacqua
Colégio Pedro II

Prof. Dra. Adir da Luz Almeida
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



MABEL FREIRE DE OLIVEIRA

HISTÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO.

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 09 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Adjovanes Thadeu Silva de Almeida
Colégio Pedro II
Orientador

Profa. Dra. Gabriela Dias Bevilacqua
Colégio Pedro II

Profa. Dra. Adir da Luz Almeida
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2024

Dedico esse trabalho de pesquisa à comunidade do Colégio Estadual México.

AGRADECIMENTOS

A Deus, quem eu amo e me permitiu viver esse percurso; *SOLI DEO GLORIA*.

A querida professora Elisabeth Ramos da Silva, por incentivar-me no caminho da orientação educacional, função que abriu muitas portas e resultou nessa pesquisa.

As queridas, Vânia Gomes (in memória), Solange Borges, Ana Maria Simões e Juliana Rangel, funcionárias do colégio, que foram extremamente solícitas na execução desse projeto.

Aos queridos amigos, diretor Thiago Gonçalves e secretário José Franco pela generosidade nas trocas, paciência, convivência, os risos e principalmente o trabalho árduo durante as noites no CE México.

Aos colegas da turma ProfEPT 2022 do Colégio Pedro II, sem os quais não seria possível a caminhada. Em especial o nosso amigo de classe, Hélio Goldman (in memória), que nos deixou precocemente. Uma figura marcante, com princípio de justiça irretocável, espírito de equipe e professor militante da educação profissional e tecnológica.

A minha mãe, Sandra Regina e ao meu pequeno Heitor que me ensinam a cada dia o sentido da vida: a responsabilidade, o respeito e o amor.

“Me movo como educador, porque, primeiro,
me movo como gente” (Freire, 1987)

RESUMO

OLIVEIRA, Mabel Freire de. **Descontinuidade do ensino profissional no Colégio Estadual México**. Impactos e soluções para comunidade escolar. (Rio de Janeiro, 2012-2023).2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

Essa pesquisa propôs investigar as razões para o fim da oferta de Educação Profissional no Colégio Estadual México, ocorrido em 2013. A pesquisa é qualitativa do tipo estudo de caso e pesquisa-ação. Utilizando entrevistas estruturadas, revisão bibliográfica e análise documental, incluindo a legislação pertinente, a pesquisa buscou identificar os impactos dessa decisão na comunidade escolar e avaliar o interesse dos alunos nessa modalidade de ensino. Durante a pesquisa, constatou-se que poucos estudantes conheciam a história da instituição, ativa desde 1955 no bairro de Botafogo na cidade do Rio de Janeiro. Mais de 90% dos estudantes consideraram importante vincular a última etapa da educação básica ao ensino profissional, especialmente em cursos técnicos em administração de empresas, os mais indicados pelos estudantes. Neste sentido, os dados coletados buscam não apenas divulgar a trajetória da escola, mas também sensibilizar o poder público estadual para a melhoria da oferta de cursos técnicos, especialmente no período noturno, atendendo às necessidades da comunidade local. O produto educacional desenvolvido foi um e-book contando a histórico do colégio e contendo ao final uma planilha interativa com oferta de cursos técnicos na região onde está localizado.

Palavras-Chave: Educação Profissional; Colégio Estadual México; SEEDUC-RJ; FAETEC.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Mabel Freire de. **Discontinuation of professional education at Colégio Estadual México.** Impacts and solutions for the school community. (Rio de Janeiro, 2012-2023).2024. Dissertation (Professional Master's Degree in Professional and Technological Education) – Dean of Postgraduate Studies, Research, Extension and Culture, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

This research proposed to investigate the reasons for the end of the offer of Professional Education at Colégio Estadual México, which occurred in 2013. The research is qualitative, of the case study and action research type. Using structured interviews, bibliographic review and documentary analysis, including relevant legislation, the research sought to identify the impacts of this decision on the school community and assess students' interest in this type of teaching. During the research, it was found that few students knew the history of the institution, active since 1955 in the Botafogo neighborhood in the city of Rio de Janeiro. More than 90% of students considered it important to link the last stage of basic education with professional education, especially in technical courses in business administration, which students most recommend. In this sense, the data collected seeks not only to publicize the school's trajectory, but also to raise awareness among the state public authorities about improving the provision of technical courses, especially at night, meeting the needs of the local community. The educational product developed was an e-book telling the history of the school and containing at the end an interactive spreadsheet offering technical courses in the region where it is located.

Keywords: Professional Education; Mexico State College; SEEDUC-RJ; FAETEC.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica;

CEI - Centro Integrado de Educação

CETEP - Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante

CVT - Centros Vocacionais Tecnológicos

EAT - Escolas de Artes Técnicas

EJA -Educação de Jovens e Adultos;

EP - Educação Profissional;

EPT- Educação Profissional e Tecnológica;

ETE - Escola Técnica Estadual;

E-TEC - Escola Técnica Aberta do Brasil;

ETEs - Escolas Técnicas Estaduais

FAETEC - Fundação de Apoio às Escolas Técnicas;

FAETERJ - Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro

ISEPAM - Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert

ISERJ - Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PNE - Plano Nacional de Educação;

PPE -Plano Estadual de Educação

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos;

PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso para o Ensino Técnico e Emprego;

SECT - Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia

SEEDUC-RJ -Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro;

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TECNEP - Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais;

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	12
2. O COLÉGIO MÉXICO E A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	16
2.1 O COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO	17
2.2 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	20
3. MEMÓRIAS DA RUPTURA: RECENTES REORGANIZAÇÕES PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OS IMPACTOS NO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO.	36
3.1 O PAPEL DA SEEDUC E A FAETEC, DUALIDADE DA OFERTA EDUCACIONAL NO RIO DE JANEIRO.	37
3.2 DINÂMICAS ADMINISTRATIVAS PARA O ENCERRAMENTO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	40
3.3 ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO	43
3.4 ANÁLISE DA NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL IMPLEMENTADA E RECEBIDA PELOS FUNCIONÁRIOS	48
4. DEMANDA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO: O PRODUTO EDUCACIONAL.	61
4.1 CRITÉRIOS DA PESQUISA	61
4.2 RESULTADOS DA PESQUISA COM OS DISCENTES	62
4.3 CRITÉRIOS DE FORMULAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	66
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE – COLÉGIOS TÉCNICOS QUE PERMANECERAM SOB A SEEDUC APÓS O DECRETO DE 2014. E OS COLÉGIOS QUE TIVERAM ENCERRAMENTO APÓS 2015.	78
UNIDADES QUE FUNCIONAM COM ENSINO MÉDIO INTEGRADO	78
AS UNIDADES EM FUNCIONAMENTO NAS FORMAS CONCOMITANTES E SUBSEQUENTE	78
UNIDADES QUE ENCERRARAM O CURSO APÓS 2015.	80
ANEXO A – FOTOS ATUAIS DOS PRÉDIOS QUE SEDIARAM O COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO	81
ANEXO B – DECRETO 41.186	83
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	84

1.INTRODUÇÃO

A reestruturação da Educação Profissional na rede estadual do Rio de Janeiro é um tema que precisa de mais atenção, em nossa investigação analisamos que foram realizados poucos estudos acadêmicos, apesar do impacto direto ao acesso de muitos estudantes à formação profissional de qualidade. No que pese a criação da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) e a incorporação de algumas unidades de Ensino Profissional a essa rede, o encerramento da modalidade em algumas unidades da Secretaria Estadual de Educação afetou diversas comunidades escolares. Em especial, aquela ligada ao tradicional Colégio Estadual México.

Nesta dissertação, exploramos os diferentes aspectos desse fenômeno, analisando a trajetória do ensino profissional no Brasil, as dinâmicas administrativas que levam ao encerramento da oferta de Educação Profissional, a implementação da nova política educacional pela Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), considerando o contexto de ampliação da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

Investigamos o caso do Colégio Estadual México, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. Esta instituição possui uma história marcante na educação, especialmente, na formação de profissionais para o mundo do trabalho. Através desse estudo de caso identificamos alguns dos impactos da descontinuidade do ensino profissional. Por meio de entrevistas com funcionários, buscamos entender os desafios enfrentados e as estratégias adotadas diante da medida estabelecida através do Plano Estadual de Educação de 2009, Lei nº 5597/2009. Como resultado dessa pesquisa, percebemos que houve pouco diálogo entre a Secretaria Estadual e o colégio em estudo. Ao menos é o que salta aos olhos ao lermos as entrevistas e analisarmos os depoimentos dos envolvidos.

Além disso, buscamos identificar a demanda por Educação profissional na unidade através de uma enquete realizada com estudantes e membros da comunidade escolar. Com base nesses dados, desenvolvemos um produto educacional que visa auxiliar os estudantes a encontrarem opções de Educação Profissional Técnica (EPT) na Zona Sul do Rio de Janeiro. Este produto teve como objetivo fornecer informações relevantes sobre os cursos disponíveis, instituições de ensino, critérios de seleção e processos de inscrição, visando promover o acesso e a democratização da educação profissional na região.

Dessa forma, esta dissertação pretende contribuir para o debate sobre a importância da continuidade e expansão do ensino profissional no estado do Rio de Janeiro, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes e ações concretas para garantir o acesso de todos os estudantes a uma formação profissional de qualidade.

A motivação para o desenvolvimento da pesquisa apresentada está diretamente relacionada a minha experiência profissional. Especificamente, a partir da alocação como orientadora educacional no Colégio Estadual México, que é uma escola noturna e oferta a educação na modalidade de jovens e adultos. Nossa jornada nessa unidade foi sempre marcada por uma profunda motivação em promover o desenvolvimento profissional e acadêmico dos nossos alunos. No ano de 2021, ao adentrarmos os portões da instituição, fomos confrontadas por dois desafios imediatos: o baixo número de estudantes matriculados e a demanda latente por capacitação profissional.

Os colegas mais antigos nos contavam que, desde 2012, mudanças significativas haviam sido implementadas, impactando diretamente o fluxo de matrículas na escola. A retirada dos cursos técnicos, que eram ofertados desde a inauguração do colégio em 1955, contribuiu significativamente para a diminuição do número de alunos. Lembranças da antiga diretora ecoavam pelos corredores, descrevendo uma época em que o Colégio Estadual México abrigava mais de 1.000 estudantes. Entretanto, com a mudança para a Rua da Passagem, essa realidade se transformou drasticamente, chegando a contar apenas com 50 alunos matriculados. Atualmente (2023), a instituição oferece quatro turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma para cada módulo, o que coloca em xeque sua continuidade sob a tutela da secretaria de educação.

Apesar do contingente reduzido de estudantes, havia indícios de uma grande demanda por cursos técnicos profissionais. Em uma conversa inicial com uma das secretárias da escola, ficou clara a existência de uma lista de espera por vagas nos cursos pós-médio em administração, quando do encerramento da oferta da EPT.

Além disso, durante nosso período de atuação no Colégio, testemunhamos antigos alunos, frequentemente, retornando às dependências da nova unidade em busca de retomar seus estudos, especialmente, com o intuito de se profissionalizar. Ao mesmo tempo, vimos muitos dos nossos alunos optarem por migrar para outra

instituição na região, que oferece gratuitamente a última etapa da educação básica associada ao ensino profissional.

Neste contexto, a realização deste estudo tornou-se ainda mais imperativa, dada a sua relevância social baseada na relação intrínseca entre a necessária integração da escola com o mundo do trabalho. É fundamental ressaltar que a importância atribuída ao trabalho como fundamento para a formação dos jovens e adultos evidencia a capacidade transformadora do ser humano no mundo que o cerca. Nessa perspectiva, a conexão entre educação e trabalho transcende a mera busca por uma ocupação, constituindo-se como um meio essencial para compreender a ciência por trás dos processos produtivos que permeiam o universo laboral. São esses processos que possibilitam aos homens e mulheres a construção de sua própria condição humana, evidenciando o caráter essencial da educação profissional na formação integral dos indivíduos e na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O desenvolvimento da pesquisa foi facilitado pela proximidade com o objeto de pesquisa. Apesar de não estar mais lotada nesta unidade de ensino, o acesso à comunidade escolar foi facilitado. Com a aprovação da Plataforma Brasil, entrevistamos antigos e atuais funcionários e realizamos uma enquete junto aos alunos. Tivemos acesso à documentação depositada na escola, apesar da sua precária sistematização, foi possível coletar informações importantes para construir o histórico do Colégio México.

Todavia, a realização de uma pesquisa acadêmica é uma jornada repleta de desafios e complexidades que demandam dedicação, habilidade e perseverança por parte do pesquisador. Entre os desafios encontrados nesse processo, destacamos a demora da aprovação da pesquisa pela plataforma Brasil, sem a qual não poderíamos iniciar. Assim como o atraso na resposta do centro de memória da rede FAETEC e a sua negativa quanto às informações sobre os critérios adotados na incorporação de algumas escolas da SEEDUC.

As expectativas igualmente foram frustradas quando pleiteamos consultar os arquivos do Centro de Memória da FAETEC. Apesar de um primeiro contato positivo, nossa ida ao centro foi desencorajada pelos funcionários. Através de uma mensagem eletrônica, fomos notificados da ausência de qualquer documentação referente ao problema da nossa investigação. Igualmente, não foi possível identificar as razões

para o tradicional colégio de ensino profissional não ter sido incorporado à rede FAETEC.

2. O COLÉGIO MÉXICO E A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo, apresentamos nosso objeto de estudo, narrando brevemente sua trajetória, desde a criação até o momento atual. Através da bibliografia acerca da temática, traçaremos a evolução e a construção da Educação Profissional de modo a inserir o Colégio México no contexto dessa modalidade de ensino.

A pesquisa valeu-se de ampla discussão acerca da EPT no âmbito nacional. Dado o nosso objeto de estudo, verificamos nas principais plataformas de pesquisa como a Caps, Base Minerva UFRJ, Rede Sirius UERJ, Google Acadêmico a ocorrência de pesquisas sobre a EPT no estado do Rio de Janeiro, especialmente, quando se trata da FAETEC; no entanto, são raros os trabalhos sobre a Educação Profissional oferecido pela Secretaria Estadual de Educação.

Portanto, o capítulo, assim como a dissertação no geral, oferece uma contribuição para preencher a lacuna existente acerca da EPT ofertada pela SEEDUC.

2.1 O COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO

O Colégio Estadual México encontra-se situado no bairro de Botafogo, município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. É um centro educativo do Brasil pertencente à categoria administrativa pública, uma instituição educativa urbana. Quanto à sua dependência administrativa está atrelado à rede estadual e regulado pelo Conselho de Educação. Esse centro educacional oferta a modalidades de ensino de Educação de Jovens Adultos, e atualmente (2023) possui entre 55 e 70 matrículas de escolarização.

O Colégio foi fundado em 1955 como Instituto de Ensino Comercial México, refletindo desde então sua ênfase na formação profissional. Inicialmente estabelecida na rua da Matriz, nº 67, na região de Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro, passou também pela rua Dona Mariana, nº148. Hoje em funcionamento, situado na Rua da Passagem, número 104, no mesmo bairro. Essa relocação foi motivada pela diminuição do número de estudantes, devido à suspensão do curso técnico de ensino médio. Destacando ainda mais a importância de nossa pesquisa. No entanto, essas não foram as únicas modificações experimentadas por essa instituição.

O Colégio Comercial México começou suas operações integrado ao setor de educação de adultos, vinculado à Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal. Nesse período, oferecia cursos como Arte Feminina e Prático em Escritório. A criação desse estabelecimento estava alinhada com a Reforma Capanema (1942), que reestruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial, alterou o ensino secundário e estabeleceu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. Essas medidas eram direcionadas pela política trabalhista do governo Vargas, visando qualificar a mão de obra para a indústria e o comércio. (Aranha, 2002, p. 10)

Na década de 1960, com a transferência do governo federal para Brasília, a instituição tornou-se parte do Estado da Guanabara, vinculada à Secretaria Geral de Educação e Cultura - Diretoria do Ensino Comercial no Departamento de Ensino Médio e Superior. Recebendo uma nova designação: Escola Técnica de Comércio México (D.O. de 09 de junho de 1960). Essa mudança seguiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), especificamente, o capítulo 3, art. 47 (Brasil, 1961), que instituiu o ensino técnico de grau médio, abrangendo os

seguintes cursos: industrial, agrícola e comercial. O colégio passou a oferecer cursos comerciais, incluindo contabilidade, administração e secretariado.

No auge do crescimento do emprego na área industrial nos anos 1970, o governo federal procurou, obrigatoriamente, transformar todas as escolas públicas e privadas do nível de Segundo Grau em escolas profissionalizantes. A formação geral, anteriormente proporcionada pelo ensino secundário, que podia ser clássico ou científico, perdeu espaço. As alterações foram implementadas pelos governos estaduais (Brasil, Lei nº 5962/71). No caso em questão, identificamos uma mudança curricular e mais uma modificação no nome da instituição, agora conhecida como Colégio Estadual México, denominação mantida até os dias atuais.

As dificuldades encontradas na implementação do ensino profissional em todas as redes levaram a uma flexibilização das normativas, tornando opcional a profissionalização no ensino do Segundo Grau (BRASIL, Lei Federal nº 7044/82). Diante desse cenário, o Colégio México optou por manter a oferta de uma formação mais abrangente. Para conservar a oferta dos cursos técnicos, a administração da escola submeteu uma proposta à SEEDUC, em particular à Subsecretaria de qualidade de ensino (RIO DE JANEIRO, Portaria 3109/EDAT de 24/06/82 – DO de 28/06/82). Assim, os cursos Técnico em Contabilidade e Secretariado foram preservados. Cabe dizer que a essa altura já havia ocorrido a fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro.

A Constituição de 1988 reforçou a ênfase na educação voltada para o trabalho, fazendo parte dessa meta, o Plano Nacional de Educação, a ser implementado de maneira integrada por várias ações do Poder Público. Nos anos 1990, ocorreram mudanças na política nacional influenciadas pelo pensamento neoliberal, durante os mandatos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (Oliveira Neto et.al, 2018). A Educação Profissional e Tecnológica foi concebida para atender à demanda por "mão de obra" nas novas exigências do capital em um mundo globalizado.

Nessa época, no estado do Rio de Janeiro, a Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC foi criada por meio da Lei nº 2735/1997 de 10 de junho de 1997 (RIO DE JANEIRO, 1997).

Alguns colégios técnicos da SEEDUC foram integrados à rede FAETEC,

Por meio do Decreto nº 22.011 de 09/02/1996, o governador Marcello Alencar transfere, sete Escolas Técnicas Estaduais (ETE) da SEE também para a mesma Fundação, sendo elas: ETE Ferreira Vianna (Rio de Janeiro), ETE

Visconde de Mauá (Rio de Janeiro), ETE Juscelino Kubitschek (Rio de Janeiro), ETE Oscar Tenório (Rio de Janeiro), ETE Henrique Lage (Niterói), ETE João Barcelos Martins (Campos) e ETE João Luiz do Nascimento (Nova Iguaçu) (Faria, 2006, p.43).

enquanto outros, como o Colégio México, não foram. Algumas unidades técnicas permaneceram sob a jurisdição da SEEDUC, como é o caso do colégio João Alfredo, localizado em Vila Isabel, e o colégio Prado Júnior, localizado na Tijuca.

Nesse contexto, temos uma primeira ameaça de descontinuidade dos cursos técnicos oferecidos pelo Colégio. Para manter os cursos, a direção precisou obter credenciamento junto à SEEDUC para a formação em Administração de Empresas na configuração de pós-médio, através do Decreto nº 2.208/97. A Educação Profissional passou a ser concebida separadamente da formação propedêutica, alterando a estrutura curricular. O ensino médio com duração de 2 anos e o pós-médio de 1 ano, de forma independente.

Nos anos 2000, o ensino técnico oferecido pelo Estado do Rio de Janeiro passou por novas transformações significativas através do decreto nº 41.186 de 19 de fevereiro de 2008, em anexo, e ratificado pelo Plano Estadual de Educação (PEE, Lei 5597/2009, art. 37). A reestruturação do ensino profissional na rede estadual buscou centralizar na FAETEC a administração dos recursos e ações relacionadas ao Ensino Profissional, enquanto a SEEDUC ficou responsável pelo ensino médio regular e a educação de jovens e adultos – EJA, (RIO DE JANEIRO, 2009). Buscava-se assim acabar com certa dualidade entre as redes de ensino.

Os efeitos deste plano ficaram evidentes com o Decreto nº 43.723 de 17/08/2012. Ele alterou completamente a realidade da instituição em estudo. A oferta do curso de ensino médio e profissionalizante no Colégio Estadual México foi descontinuada, as atividades do ensino profissional limitaram-se à conclusão dos cursos pelos alunos já matriculados. A partir de 2013, o colégio passou a oferecer apenas Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos. No ano seguinte, a unidade foi transferida para a Rua da Passagem, nº 104, no bairro de Botafogo, compartilhando espaço com a Escola Municipal João Saldanha. O colégio passou a contar apenas com 4 turmas, uma para cada módulo da EJA.

Para compreender essas mudanças cabe detalharmos um pouco mais devagar a história do Ensino Profissional no Brasil. Isso porque a trajetória do Colégio México pode ser espelhada no processo mais amplo da Educação Profissional no Brasil.

2.2 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Antes de apresentar o histórico da educação profissional cabe apresentar o que entendemos com essa modalidade de ensino. Procuramos, ao longo deste subcapítulo, destacar que nem sempre o Ensino Profissional teve esses princípios e objetivos desenvolvidos.

O fazer pedagógico das professoras Marise Ramos (2014) e Acácia Kuenzer (2012) corroboram com a ideia de educação integradora pois entendem o trabalho no sentido ontológico, como algo essencial, inerente à própria sobrevivência. O homem nasce animal e se constitui como ser humano no seu agir teleológico, ou seja, realiza tarefas com uma finalidade, age sobre a natureza na intenção de modificá-la.

A concepção da escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade, uma educação que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso à cultura etc. Não uma educação só para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo. Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social. (Ramos, 2014, p.2)

Moura (2018), aborda em seu livro, *Trabalho e Formação Docente sobre a Lógica estruturante de educação*, uma educação profissional que seja emancipatória para classe trabalhadora. A luta por uma educação pública, gratuita, laica, igualitária de qualidade socialmente referenciada para todos. Como eixo estruturante, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, para que sejamos sujeitos da própria história, sujeito da realidade. Compreender o contexto em que vivemos, a realidade de outros sujeitos não apenas de sua particularidade, é essencial para refletirmos sobre a coletividade.

Em primeiro lugar, precisamos dizer que entendemos o sistema educacional como um espaço de disputas. Assim como defende Pierre Bourdieu, a educação na sociedade contemporânea não é neutra, nem tão pouco um mero agente de oportunidade de conhecimentos para todos. Ela reflete uma complexa relação de interdependência e condicionamentos materiais e simbólicos inserida em uma sociedade hierarquizada a partir de distinções econômicas e culturais. (Bourdieu apud: Nogueira; Nogueira, 2002)

Saviani (1994), analisando as recentes discussões sobre o sistema escolar, retoma as funções da educação desde as civilizações mais antigas. Quando a sociedade se organizava para a transformação da natureza em busca da

sobrevivência e do bem social comum. Nessa época, a educação era vivenciada na prática, no fazer, as instruções eram passadas dos mais experientes para os novatos.

Para Torinelli e Gardin (2020) a Educação Profissional passou a pensar na articulação entre o mundo do trabalho e os segmentos sociais. Igualmente, orientou-se no sentido de estimular os processos educativos que gerassem trabalho e renda, e principalmente, a emancipação dos educandos.

Freire (1983) deixa claro sua visão divergente quanto aos sentidos da educação, propondo uma nova forma de educar a classe trabalhadora. O autor destaca que a estratificação da sociedade é geradora de conflitos de interesses e de um massacre cultural, intelectual e social impostos pelas “classes dominantes” inseridas no sistema capitalista. Nesse cenário é importante discutir o papel da Educação Profissional.

Atualmente, considerando o contexto nacional, a formação profissional no Brasil configura-se como uma categoria de ensino direcionada a indivíduos jovens e adultos. Seu propósito é capacitar profissionais em níveis médio, técnico, científico e tecnológico para ingressarem no mercado de trabalho, podendo ser disponibilizada de maneira simultânea ao ensino médio ou de forma integrada, após a conclusão do ensino fundamental ou médio (Brasil, 1996).

De acordo com Moll (2009), a educação profissional tecnológica é considerada uma modalidade de ensino direcionada para a formação de profissionais prontos para atuarem em áreas específicas do mercado de trabalho, com um foco mais prático e técnico, visando preparar os estudantes para o exercício das atividades profissionais em inúmeros setores da economia, como a indústria, o comércio, os serviços. É um contexto de educação que pode ser ofertado em diferentes níveis, desde o ensino médio até os cursos de graduação e pós-graduação, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como a tecnologia da informação, a engenharia, a saúde, a administração (Moll, 2009).

Esses cursos possuem uma abordagem prática, tendo aulas em laboratórios, estágios e projetos que buscam preparar os estudantes para agir com situações reais do mercado de trabalho. Como o próprio nome sugere, a educação profissional tecnológica busca estar constantemente atualizada com novas tecnologias e as tendências de mercado, garantindo que profissionais formados possam estar preparados para as demandas atuais e as futuras (Franzoi et al., 2013).

Os cursos são desenvolvidos levando em conta as necessidades e as demandas do mundo do trabalho, incluindo parcerias com empresas e instituições que oferecem estágios, oportunidades de emprego e projetos de pesquisa e desenvolvimento. Diversos cursos de educação profissional tecnológica permitem a flexibilidade de horários e de modalidades de ensino, como os cursos presenciais, semipresenciais ou a distância, a fim de atender as necessidades dos estudantes que trabalham ou que têm outras atividades (Vitorette, 2014).

No atual contexto, diante do avanço da tecnologia e rápida transformação de mercados, a educação profissional tecnológica é protagonista de um papel fundamental para a formação dos profissionais qualificados e promoção do desenvolvimento econômico e social (Oliveira, 2016).

Dito isso, passamos a detalhar o processo histórico relacionado à educação profissional no Brasil. Silva e Ciasca (2021), exploram as primeiras iniciativas de educação profissional no Brasil durante o período colonial. Eles examinaram como as práticas educacionais eram influenciadas pelas demandas da sociedade da época, fortemente marcada pela exploração colonial, envolvendo o ensino de habilidades técnicas necessárias para a produção e manutenção das estruturas sociais da colônia. Ao analisar o contexto do Império e da República Velha, os autores abordam as mudanças nas políticas educacionais, destacando como a transição para uma sociedade mais industrializada influenciou a formação técnica.

O ensino profissional no Brasil tem sua origem na busca por ocupar grupos marginalizados a partir de ações governamentais ou não. Temos atividades marcadas pelo caráter prático e assistencialista e, aquelas fundamentadas no trabalho manual mais qualificado, o do artesão. Segundo Manfredi, (2002), havia uma diferença quanto ao olhar sobre esses dois tipos de atividades, sendo o último considerado mais qualificado e digno.

As finalidades da educação profissional, quando estavam associadas à formação dos artistas e aprendizes, contavam com o apoio dos recursos régios. Esse foi o caso do Colégio das Fábricas que atendia, principalmente, os portugueses vindos para o Brasil. Ainda que não fosse uma instituição de oferta de ensino a partir do Estado, essa dependia dos recursos régios. (Arquivo Nacional, 2016)

A inauguração da República não trouxe consigo a preocupação com uma educação pública e gratuita. No início do século XX, o sentido da educação profissional ficou bem claro uma vez que essa foi incorporada ao Ministério da

Agricultura, Indústria e Comércio, a oferta coaduna-se com a preocupação com o desenvolvimento nacional. Neste sentido, o ensino profissional significava formar mão de obra, também, para o labor do campo (Silva; Ciasca, 2021). Como lembra Oliveira Neto et.al, (2018), o país passava pela sua primeira experiência industrial, mas essa estava vinculada ao sucesso da economia cafeeira. A República era conduzida pela oligarquia liberal produtora de café, e, portanto, a educação profissional estava fortemente direcionada a atender aos interesses desse grupo (Silva; Ciasca, 2021).

Dentro do ensino profissional havia ainda a preocupação com a formação de professoras. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional promoveu a instalação das escolas normais. Havia a preocupação em instruir os trabalhadores nas primeiras letras, cálculos e desenho. Aprender a ler justificava-se especialmente, considerando os critérios de direito a voto. Ampliar a camada de eleitores podia ser uma excelente estratégia para as elites (Borges, 2011).

Como indica Luiz Gomes, em seu estudo sobre as Escolas de Aprendizes de Artífices em Campos, o ensino profissional não tinha uma regulamentação, nem tão pouco, seus professores tinham uma formação além da experiência do trabalho. Da parte dos professores de primeiras letras, essas não tinham nenhuma noção do ensino profissional. Nesse contexto, o ensino profissional tinha por função habilitar para o artesanato e para a manufatura os filhos da classe trabalhadora e manter o controle social (Gomes, 2017).

Entre as décadas de 1920 e 1940, o ensino profissional passou a ser prioridade na pasta da educação e cultura. O ensino coordenado pelo Estado não perde, no entanto, seu caráter assistencialista. Essa modalidade teria seu sentido modificado durante a Reforma Capanema. Essa continuou a atender as demandas empresariais, mas buscou promover o desenvolvimento dos estudantes e do corpo docente. Cabe destacar que o ensino profissional passou a atentar também para os alunos diplomados, e não somente para os jovens e adultos não habilitados. Neste sentido, percebemos que o desenvolvimento econômico e social foi pensado a partir de uma educação mais humanizada, possibilitando que ricos e pobres pudessem pensar na continuidade da sua formação, até mesmo no Ensino Superior (Silva; Ciasca, 2021).

Assim, especificamente, a partir da era Vargas, a principal inovação da educação profissional foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Vemos um esforço para a consolidação de políticas de educação profissional em todo o país de modo a preparar a mão de obra para a nascente indústria. A partir

do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, buscou-se a padronização no ensino industrial em todo o território nacional, a divisão em diferentes níveis e modalidades, garantir que a formação dos alunos fosse equilibrada entre teoria e prática. O referido decreto igualmente procurou estruturar um sistema de ensino flexível o suficiente para se adaptar às mudanças nas demandas da indústria. Isso incluía a revisão periódica dos currículos e a incorporação de novas tecnologias e práticas industriais conforme necessário. Outra preocupação era a própria formação dos docentes (Mazur,2021).

Com o processo de redemocratização e o impulso industrial através da associação com o capital internacional a EPT segue recebendo a atenção das entidades governamentais. Nesse contexto, ocorre a descentralização e maior autonomia das instituições das instituições federais de ensino profissional (Escolas Técnicas Federais), há uma preocupação maior com a formação geral e propedêutica, enquanto a formação profissional básica ganha caráter politécnico. O Nacional Desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek colocou a educação como um todo, e, especificamente, a educação profissional entre seus discursos. Contudo, na prática pouco se fez pelo campo (Pasinato,2013).

Durante o período da Ditadura Militar, as políticas educacionais foram moldadas pelo contexto político autoritário, com foco em treinamentos específicos para as necessidades do regime e uma maior regulamentação da educação profissional (Silva; Ciasca, 2021). Dentro da análise detalhada proposta pelos autores, há uma atenção especial às mudanças nas políticas governamentais ao longo dos anos, destacando a relevância de diferentes contextos históricos e as influências de lideranças políticas específicas na definição dessas políticas.

A proposta de reforma do ensino médio visava sua reestruturação para enfatizar a profissionalização e conferir-lhe um caráter mais definitivo. A premissa subjacente era que uma formação profissional reconhecida nesse nível educacional possibilitaria aos alunos uma transição direta para o mercado de trabalho. A suposição era de que, ao adquirirem uma profissão durante o ensino médio, os estudantes teriam menos incentivo para prosseguir para o ensino superior, pois já teriam alcançado uma qualificação equiparável à obtida por meio de um curso universitário completo (Germano, 2011).

Não se pode deixar de destacar que as mudanças estavam alinhadas com abordagens pedagógicas no sentido de treinar os estudantes para o mercado de

trabalho, refletindo, portanto, os interesses do sistema econômico. A Lei nº 5.692/71 foi concebida com base em uma visão de desenvolvimento econômico nacional, com três objetivos centrais identificados por Kuenzer (2000): limitar a entrada dos estudantes no ensino superior, despolitizar o ensino médio e preparar a força de trabalho para atender às demandas econômicas do país, contribuindo assim para seu crescimento.

A compreensão da evolução da educação profissional no país é traçada através da interconexão entre as demandas do mercado de trabalho, as mudanças econômicas e as aspirações sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, é importante entender como historicamente a educação profissional se entrelaça com a educação para jovens e adultos que não haviam cumprido a formação escolar no tempo previsto inicialmente. Isso porque, a mesma lei acaba por implementar o que viria a ser o “embrião” da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Lei nº 5.692/71 também dispôs sobre o supletivo. Essa modalidade de ensino incluía o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Projeto Minerva (educação via rádio), canais educativos de televisão, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), entre outros. O seu objetivo principal era atender pessoas com mais de 14 anos que não haviam concluído os estudos na faixa etária regular, bem como àqueles que haviam terminado o ensino fundamental, mas não prosseguiram para o ensino médio. Assim, a educação profissional aparece como uma importante ferramenta para complementar esses estudos.

O regime buscou propagandear os benefícios da educação profissional. De fato, acreditamos no papel dessa modalidade como promotora de oportunidades e melhor qualidade de vida. Todavia, como aponta Frigotto (2010), ao privilegiar o aspecto econômico, nos anos 1970, o Estado Brasileiro acabou por imprimir fortes contornos negativos à EPT, como a forte ênfase na concepção da educação como um empreendimento mercantil, o aumento do dualismo educacional entre a classe trabalhadora e a classe dominante e promoveu uma fragmentação do processo de conhecimento. Germano (2011), por sua vez, chama a atenção para o fato das escolas não conseguirem nem mesmo formar para atender as necessidades das indústrias. A falta de infraestrutura, qualificação profissional dos professores e mesmo de recursos financeiros trataram de conter a consolidação da dualidade na educação brasileira.

A medida contribuiu para o efeito contrário ao da sua intenção. Ao obrigar a oferta do Ensino Profissional em escolas não especializadas, acabou por enfraquecer a qualidade da educação. Grande parte das escolas não possuíam recursos humanos nem materiais para ofertar essa modalidade.

A reforma educacional de 1971 buscou vincular trabalho e educação como faces de uma mesma moeda. Todavia, nos decretos que buscavam regulamentar a oferta do Ensino Profissional na rede pública é possível identificar referências aos termos “habilidades” e “competências”. Isso permitia certificações baseada no aproveitamento de saberes. Por outro lado, a formação técnica não estava mais vinculada à formação integral, sendo apenas oferecida a modalidade concomitante ou subsequente. (Silva; Ciasca, 2021).

No que pese o movimento indicado acima, o ensino médio profissional nunca chegou a ter os recursos, a atenção e o envolvimento necessário ao seu pleno desenvolvimento. Isso porque seguiu sendo destinado às grandes massas, consolidando uma educação dual, com um ensino secundário público para as elites e um ensino profissionalizante para as classes trabalhadoras (Schwartzman et al., 2000, p. 218).

Após o término do período militar, teve início o processo de redemocratização, culminando, em 1988, na promulgação da atual Constituição Federal, que permanece em vigor. No Artigo 205, o primeiro da Seção I, do Capítulo III, que aborda a educação, está estabelecida a relação entre educação e trabalho: “A educação, um direito de todos e uma responsabilidade do Estado e da família, será fomentada e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao desenvolvimento integral da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua aptidão para o trabalho” (Brasil, 1988). Essa prerrogativa de qualificação para o trabalho é novamente abordada no Artigo 227, que garante a profissionalização da criança, do adolescente e do jovem.

Durante a evolução da educação profissional na redemocratização, houve a descentralização do ensino técnico para os estados e a criação de novas modalidades de formação profissional. A regulamentação da formação profissional foi feita através do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Por este, ficaram estabelecidos os detalhes específicos da educação profissional e foram delineados os meios para sua implementação. Assim, a educação profissional deveria ser integrada ao ensino regular e organizada em três níveis distintos: o básico, destinado à qualificação e recolocação profissional dos trabalhadores, independentemente de sua escolaridade;

o técnico, voltado para conceder habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio; e o tecnológico, destinado aos egressos do ensino médio e técnico, correspondendo a cursos de nível superior.

É relevante ressaltar que, conforme estipulado pelo Artigo 5º do decreto, a educação profissional de nível técnico deveria possuir uma estrutura curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. Portanto, podemos concordar com Frigotto (1984) que a alteração deixou claro a adaptação do Ensino Profissional ao modelo de acumulação flexível, (Toyotismo), modelo de produção industrial pós-fordismo. A educação, dentro do sistema capitalista, é tratada como uma mercadoria. Esse tratamento mercantilizado da educação distorce seu propósito, fazendo com que a escola sirva mais aos interesses do mercado do que ao desenvolvimento humano integral.

O período do governo Lula-Dilma, no que pese as diferenças entre os dois governos, conforme observado por Franzoi et al. (2013), buscaram, em alguma medida, incorporar debates relevantes para os movimentos sociais, incluindo questões relacionadas à qualificação profissional e à elevação de escolaridade.

Entre as medidas, cabe destacar o Decreto nº 5.154/2004. Através dele o governo de Luís Inácio Lula da Silva procurou dar ênfase à ampliação do acesso e da permanência no sistema educacional, especialmente para os mais pobres, historicamente excluídos. Isso contrasta com políticas anteriores que privilegiavam as elites. Essa abordagem provocou disputas políticas, teóricas e ideológicas. O Programa "Uma escola do tamanho do Brasil" exemplifica essa proposta, sendo um fator que contribuiu para a eleição de Lula da Silva para o primeiro mandato presidencial. (Oliveira et al., 2016).

Em relação a esse programa:

Instituir no país um espaço público promotor de justiça social, direitos cidadãos, participação e igualdade. O que envolveu mudanças originadas em processos ambivalentes e contraditórios, marcados por importantes iniciativas para assegurar o direito à educação, com ênfase na universalização da educação básica (Gentili, 2013, p. 254).

Cabe destacar quatro ações do governo Lula-Dilma no campo da educação profissional. A primeira foi a expansão da rede federal. Houve um aumento significativo no investimento e na expansão das instituições federais de educação profissional, com destaque para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A segunda, o Programa Nacional de Integração da

Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A iniciativa visava a integração da educação profissional com a educação básica, especialmente voltada para jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou médio na idade regular.

Em 2011, temos a terceira ação do governo federal, a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Esse tinha como objetivo expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o país, com foco na qualificação de trabalhadores para atender às demandas do mercado de trabalho. Por fim, nesse período, manteve-se as parcerias e investimentos nos Serviços Sociais Autônomos (Sistema S), como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Cabe destacar a política de criação dos IFs. Em 2008, pensou-se em uma educação para formação cidadã, buscando desenvolver o compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, o meio ambiente, a transparência e a gestão democrática. Passou-se a ter a pesquisa como princípio pedagógico à medida que essa é capaz de estimular a criatividade e o espírito crítico no estudante, bem como a busca por soluções de problemas no meio social em que ele está inserido. Igualmente, a formação profissional tomou a atuação como princípio educativo para cidadania e participação na sociedade. A articulação entre educação e o desenvolvimento econômico da região onde os IF's estavam inseridos foi um elemento norteador dessa política. (Torinelli, e Gardin, 2020)

Os IFs buscam preparar os estudantes para o mundo do trabalho, entendendo que esse permeia a produção da vida nos aspectos materiais, produtivos e culturais (Torinelli, e Gardin, 2020). Ciavatta (2005) possui entendimento semelhante. Para ela, as relações que permeiam o mundo do trabalho são mais abrangentes que o “mercado do trabalho”, pois estes têm seu foco na venda da força do trabalhador. Frigotto (2004) entende que a tensão entre o poder econômico e as classes estratificadas das sociedades torna urgente uma educação unitária que pense a formação integral do humano, igualando-se assim às ideias de Gramsci.

Nesse sentido temos a criação dos IFs, mas também dos mestrados em educação profissional, alinhada com uma nova perspectiva sobre a educação profissional que tem buscado promover uma educação integrada/integradora. Portanto, uma nova perspectiva é colocada em prática nesse contexto.

Segundo Vitorette (2014) a atuação do Governo Federal tinha por objetivo a elevação da escolaridade do público dos jovens e dos adultos trabalhadores, e apresentou aspectos positivos, como o aumento da oferta, a ampliação da localização e uma destacada preocupação com a qualidade. Tratou-se de oferecer uma educação básica integrada com a educação profissional, com destaque para a atenção à modalidade educação dos jovens e adultos e a preocupação com a formação de professores especialistas para atuarem no campo específico.

Quanto à integração entre a educação dos jovens e adultos com a educação profissional, Lima Filho avalia que essa é uma iniciativa pioneira, na qual não encontra precedentes na história da educação brasileira, especialmente relacionado com as ofertas das redes públicas (Lima Filho, 2010).

O contexto da Educação profissional dos Jovens e Adultos indica certos elementos da natureza pedagógica e metodológica na qual contribuem na ampliação do sentido de Educação Integrada:

É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores. Esta investigação implica, necessariamente, numa metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (Freire, 1987, p. 50).

Segundo Franzoi et al., (2013), diante de inúmeras resistências e das dificuldades reais para incluir um público que estava há muito tempo afastado da escola e com as experiências escolares negativas, a real implementação do PROEJA, mesmo com a adesão de muitos dos seus implementadores, como foi demonstrado, não ocorreu de maneira fácil, o despreparo relacionado à rede, resistência para oferecer 10% de vagas para o programa como é exigido pela SETEC/MEC e índices de evasão demonstrados nos cursos oferecidos no aspecto do programa tornaram um programa não numericamente expressivo como altos números que foram apontados pelo PRONATEC.

Os desafios contemporâneos enfrentados pela educação profissional, incluindo questões de acesso, qualidade e alinhamento com as demandas do mercado de trabalho ainda são muitos. A partir de 2016, com as mudanças no cenário político, com o processo que levou Michel Temer ao poder e o estabelecimento do

teto dos gastos, afetou diretamente os investimentos na educação. (Silva; Ciasca, 2021).

Cordão e Moraes (2017) mostram como as políticas governamentais são influenciadas por contextos históricos e lideranças políticas. Isso faz com que a educação profissional seja moldada de acordo com demandas do mercado, mudanças econômicas e aspirações sociais. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é destacada como uma modalidade entrelaçada com a educação profissional ao longo do tempo, servindo como canal importante para inclusão e capacitação profissional em diferentes momentos históricos.

Cordão e Moraes (2017) proporcionam uma visão crítica sobre os obstáculos enfrentados pela educação profissional na atualidade. Isso contribui para uma reflexão sobre as medidas necessárias para superar esses desafios. A análise prospectiva dos autores aponta para as possíveis direções que a educação profissional pode tomar no Brasil.

Correia et al (2020), apresentam uma análise crítica sobre as concepções e contradições da Educação Profissional Tecnológica (EPT) no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e mostram o papel e a configuração da EPT dentro desse documento orientador. Os autores destacam as contradições que surgem entre o proposto na BNCC e a realidade vivenciada nas instituições de ensino, revelando possíveis discordâncias entre as diretrizes do documento e a prática efetiva da Educação Profissional Tecnológica (Correia et al., 2020).

Entre os desafios para serem equacionados estão as contradições entre a BNCC e a EPT do ponto de vista das propostas de uma formação geral contra uma modalidade que busca a especialização. Assim, os currículos também tendem a oposição. Se por um lado a BNCC oferece certa flexibilidade curricular para as escolas e professores adaptarem seus planos de ensino às necessidades locais e individuais dos alunos. Por outro lado, a EPT muitas vezes tem uma carga horária e conteúdo específicos definidos. Assim, a abordagem interdisciplinar pode ficar comprometida na EPT como também uma preparação exclusivamente focada no mercado de trabalho pode complicar o desenvolvimento integral dos indivíduos proposta pela base nacional.

A adaptação da formação às demandas contemporâneas, como mencionado por Farias (2016), requer mudanças curriculares substanciais. Essas alterações podem incluir a promoção da interdisciplinaridade e a conexão entre disciplinas

técnicas e gerais. A introdução de metodologias ativas é uma estratégia para transformar as práticas pedagógicas, incentivando a participação ativa dos alunos e o desenvolvimento de habilidades práticas.

A educação profissional tecnológica atualmente enfrenta diversos desafios que podem influenciar em sua eficácia e capacidade para preparar os estudantes para o mundo de trabalho, como em manter os currículos de cursos alinhados com as demandas do mercado de trabalho e as inúmeras mudanças tecnológicas podem ser consideradas como desafio constante, os programas educacionais precisam ser revisados e atualizados regularmente para garantir que os alunos estejam adquirindo as habilidades e conhecimentos necessários (Otranto, 2012).

Diversas instituições de ensino enfrentam desafios interligados com uma infraestrutura inadequada, como a falta de recursos, como os laboratórios equipados, materiais didáticos atualizados e tecnologia adequada, limitando a qualidade da educação oferecida aos estudantes, portanto, é essencial contar com professores e instrutores qualificados e atualizados em suas respectivas áreas de atuação, evitando a falta de professores capacitados para lecionar em áreas tecnológicas específicas que podem comprometer a qualidade do ensino (Otranto, 2012).

Assegurar que todos os estudantes tenham acesso igualitário à educação profissional tecnológica, independentemente de sua origem socioeconômica, localização geográfica ou outras barreiras, continua sendo um importante desafio a ser superado. Além da abertura de novas instituições públicas de ensino. (BARIN, 2020).

Kuenzer et al., (2006) dizem que a educação profissional está passando por uma série de transformações para se adaptar às demandas do mercado de trabalho e às mudanças na sociedade e na economia. As instituições de ensino estão oferecendo uma variedade de cursos e programas. Isso inclui cursos técnicos, tecnológicos e de formação profissional em uma ampla gama de áreas, desde tecnologia da informação até saúde e administração.

Além de fornecer os conhecimentos técnicos específicos, os programas de educação profissionalizante estão cada vez mais focados no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como trabalho em equipe, comunicação eficaz, resolução de problemas e pensamento crítico. Essas habilidades são consideradas essenciais para o sucesso no mercado de trabalho atual. Muitos programas de educação profissionalizante enfatizam a aprendizagem prática e experiencial, por

meio de estágios, projetos práticos, simulações e colaborações com empresas e organizações do setor. Isso proporciona aos estudantes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em situações do mundo real e ganhar experiência relevante para suas futuras carreiras (Kuenzer et al., 2006).

Segundo Moura (2012), a tecnologia desempenha uma função cada vez mais importante na educação profissional, oferecendo diversas novas oportunidades de ensino e aprendizagem, as plataformas de *e-learning*, simulações virtuais, laboratórios virtuais e outras ferramentas tecnológicas são na complementação da instrução em sala de aula e proporcionar as experiências de aprendizagem mais interativas e envolventes os programas de educação profissionalizante estão cada vez mais direcionados para preparar os estudantes não somente para conseguir empregos, mas para se tornarem empreendedores e inovadores, incluindo o desenvolvimento das habilidades relacionadas com a gestão de negócios, planejamento estratégico, marketing e finanças. Essas estratégias mais dialogam com o neoliberalismo do que a própria educação integral.

Na democratização do ensino, é importante pensar que embora a apropriação da tecnologia para o mundo do trabalho esteja cada vez mais pungente, o perfil dos estudantes é distinto. Nem todos terão êxito profissional por empreendedorismo. É necessário no currículo escolar conter disciplinas voltadas para o pensar, trazendo reflexões sobre o tempo/espaço que estamos inseridos, no intuito de ensejarmos mudanças significativas para vida em sociedade. Que seja mais justa, participativa, igualitária e rica em oportunidade para todos.

A educação profissional atual evolui a fim de fornecer para os estudantes as habilidades, conhecimentos e experiências necessárias para o sucesso em um mercado de trabalho em constante mudança e na sociedade cada vez mais globalizada e digitalizada (Moura, 2012). Vale ressaltar que essa vertente educativa na EPT, voltada para o atual sistema capitalista, não deve distanciar-se da educação integral, que pense a cidadania, a formação crítica, a educação omnilateral.

Já no que diz respeito à formação docente para o EPT, Souza Machado (2011) explica que a formação de professores no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, a EPT, é decisiva para que a atual política de expansão, de interiorização e de democratização nessa modalidade educacional possa de fato se efetivar com mais qualidade social, com produção de conhecimentos, com a valorização docente e o desenvolvimento local, sendo integrado e sustentável.

Este é considerado um desafio histórico e que se revela mais crítico diante da atual expansão da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica a partir do ano de 2005; das metas no Programa Nacional de Acesso para o Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e do Plano Nacional de Educação (PNE, 2011-2020), das novas necessidades políticas e pedagógicas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), do ensino médio integrado, da Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC), do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP), EPT indígena e EPT quilombola (Souza Machado, 2011).

Diversas ações consideradas importantes foram desencadeadas partindo das diretrizes oriundas do Documento Base; entre elas se destaca a oferta para um curso de especialização direcionado na formação dos profissionais do ensino público a fim de atuar no PROEJA e nas ações que foram decorrentes do Edital PROEJA-CAPES/SETEC de Nº 03/2006, que foi destinado para estimular a realização dos projetos conjuntos em pesquisas entre as universidades federais e os CEFETs, que são os atuais institutos federais.

Referente aos cursos para especialização, essa iniciativa possui como objetivo:

Formar profissionais com capacidades para atuar na elaboração de estratégias, no estabelecimento de formas criativas das atividades de ensino-aprendizagem e de prever proativamente as condições necessárias e as alternativas possíveis para o desenvolvimento adequado da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, considerando as peculiaridades, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas em que programas e projetos deste campo são implementados (Brasil, 2006, p. 8).

Desenvolver o envolvimento dos docentes principalmente aqueles da área técnica em cursos do PROEJA em espaços formativos de reuniões semanais para exercitarem o trabalho de maneira coletiva ainda é considerado um desafio, a formação continuada é caracterizada como um campo rico em possibilidades a fim de fomentar e aprofundar conhecimentos teóricos e conhecimentos práticos que são necessários na integração curricular e na sistematização do processo da formação, capaz de garantir construção e socialização de saberes docentes, incluindo a viabilização de consecução no projeto pedagógico emancipador, se constituindo em um aspecto que depende da plena participação de todos os docentes atuantes no PROEJA (Vitorette, 2014).

A formação inicial e a formação continuada a fim de exercer a docência no PROEJA, em conjunto com a vontade política dos docentes, são considerados pontos relevantes a fim de sustentar e de defender a consolidação do PROEJA como sendo uma política pública. A formação específica está referida com as particularidades que envolvem o público de jovens e de adultos trabalhadores, fornecendo para a escola mais experiências para sobrevivência; o traço da ausência de direitos compõe um aspecto fundamental, pois assim pode-se demonstrar o que está oculto, buscando desvelar e revelar para o trabalhador o modo da produção capitalista, incluindo o processo de como se produz e reproduz o capital, e, desta maneira, gerando acumulação. As ações emancipatórias (não apenas vinculadas às questões laborais) influenciam bastante no processo de efetivação do direito à educação.

No âmbito da educação profissional oferecida pelas redes estaduais há ainda poucos trabalhos, principalmente, no que se refere ao Estado do Rio de Janeiro. O trabalho de Farias (2016) realiza uma análise aprofundada sobre o modelo de Ensino Médio Integrado implementado na Rede FAETEC, buscando compreender a evolução dessa abordagem desde uma perspectiva tecnicista até uma possível nova concepção da educação profissional e explora as mudanças conceituais e práticas que ocorreram nesse modelo educacional, destacando a transição de uma ênfase predominantemente técnica para a possível adoção de uma perspectiva mais abrangente e integrada. Ao abordar essa evolução, a autora examina como as políticas educacionais, mudanças curriculares e práticas pedagógicas contribuíram para a transformação do Ensino Médio Integrado na Rede FAETEC. Políticas educacionais, estabelecidas em âmbito federal, estadual ou municipal, definem metas e diretrizes, influenciando a estrutura e objetivos do Ensino Médio Integrado. Iniciativas governamentais, como incentivos financeiros, podem direcionar a implementação de práticas inovadoras e aprimorar a qualidade do ensino.

Resumindo, a educação profissional no Brasil passou por diversas fases ao longo do tempo, desde suas origens coloniais até os dias atuais. Inicialmente focada em formar artesãos e trabalhadores para atender às demandas da época, ela se expandiu significativamente durante o século XX, com a criação de escolas técnicas federais e reformas no sistema educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 trouxe mudanças importantes, integrando a educação profissional à educação regular. Nas últimas décadas, houve uma expansão da rede federal de ensino técnico e tecnológico, com ênfase em parcerias público-privadas e

investimentos em inovação e pesquisa. Apesar dos avanços, desafios como a melhoria da qualidade do ensino e a redução das desigualdades persistem.

3. MEMÓRIAS DA RUPTURA: RECENTES REORGANIZAÇÕES PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OS IMPACTOS NO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO.

Neste capítulo abordaremos a oferta e reorganização da educação profissional no estado do Rio de Janeiro a partir do PEE de 2009 e as consequências para o cotidiano da comunidade escolar em tela. Em nossa metodologia de pesquisa, conforme já mencionamos, utilizamos revisões bibliográficas, enquetes e entrevistas. Esta última tornou-se uma parte muito sensível do estudo, pois trata-se da memória dos entrevistados, antigos integrantes da comunidade escolar do C.E México. Lembranças sobre a ruptura dos cursos profissionais e do lugar onde o Colégio funcionou por mais de meio século.

Alguns autores como Nora, Halbwachs e Motta discutem sobre o que é lugar de memória e qual a sua importância para a história. Afirmam que os lugares de memória desempenham um papel crucial na construção da identidade coletiva e nacional. São marcos em nossa jornada cultural e histórica, conectando passado e presente; eles são repositórios de histórias, emoções e experiências que transcendem o tempo. Desempenham um papel crucial na construção da identidade coletiva e nacional, conectando o passado e o presente. Ao visitar esses locais, somos lembrados das lutas, triunfos, tragédias e alegrias que moldaram nossa identidade. Eles têm um poder educativo inerente, proporcionando uma compreensão mais profunda da história e ligando gerações presentes aos seus antepassados. Contribuem para a definição da identidade nacional, ajudando a preservar eventos, valores e narrativas importantes para a sociedade.

Para exemplificar a construção de lugar de memória, Almeida (2009, p.34), menciona o ponto máximo das comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil, sendo o depósito dos restos mortais de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga, transformando-o em um lugar de memória para a sociedade brasileira.

3.1 O PAPEL DA SEEDUC E A FAETEC, DUALIDADE DA OFERTA EDUCACIONAL NO RIO DE JANEIRO.

A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) é o órgão do Poder Executivo responsável por implementar políticas educacionais, tendo sua principal função coordenar e gerenciar a educação, promovendo o desenvolvimento em todas as suas dimensões, proporcionando educação pública democrática e de qualidade.

Gervazoni et al., (2024) afirmam que dentre as responsabilidades da SEEDUC, estão a elaboração e execução de políticas para a educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a qualidade do ensino nas escolas públicas estaduais e a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para o funcionamento das escolas estaduais.

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro elaborou o Currículo Mínimo da nossa rede de ensino”. Este documento serve como referência a todas as nossas escolas, apresentando as competências e habilidades que devem estar nos planos de curso e nas aulas. Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Com isso, pode-se garantir uma essência básica comum a todos e que esteja alinhada com as atuais necessidades de ensino, identificadas não apenas nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. “Consideram-se também as compreensões e tendências atuais das teorias científicas de cada área de conhecimento e da Educação e, principalmente, as condições e necessidades reais encontradas pelos professores no exercício diário de suas funções (SEEDUC – RJ – Currículo mínimo, 2013).

Implementação de programas e projetos educacionais que visem à melhoria da qualidade do ensino e à formação integral dos estudantes e a supervisão e avaliação do desempenho das escolas e dos profissionais da educação, incluindo a articulação com outros órgãos e instituições para o fortalecimento do sistema educacional estadual, podem ser caracterizadas como funções da SEEDUC (SEEDUC, 2013).

A SEEDUC desempenha um papel muito importante na promoção do direito à educação e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária através do acesso universal à educação de qualidade, e suas ações e políticas impactam diretamente a vida de milhões de estudantes e profissionais da educação em todo o estado (Gervazoni et al., 2024).

A Rede FAETEC, criada em 1997, com o objetivo de ofertar o ensino técnico no Estado, foi organizada a partir da estrutura administrativa da Fundação de Apoio à Escola Pública, FAEP. Até os anos 1990, a SEEDUC gerenciou a oferta de educação

básica e cursos técnicos, quando houve uma proposta de reorganização no governo de Marcello Alencar (1995-1999). Por meio do Decreto nº 22.011 de 09/02/1996, o então governador transfere a FAEP, da Secretaria Estadual de Educação (SEE) para a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECT), visando reestruturar as Escolas Técnicas Estaduais. E pelo mesmo decreto, também transfere para a SECT, 07 escolas técnicas estaduais e o Centro Integrado de Educação (CEI), cujo objetivo era "o desenvolvimento integral da pessoa humana, a formação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho".

A partir dessas modificações o Estado passou a contar com duas redes oficiais para ofertar o ensino técnico, SEEDUC e FAETEC; todavia, no ano de 2008, no governo de Sérgio Cabral, é publicado o decreto nº. 41186, de 19/02/2008. No artigo primeiro, parágrafo único, versa sobre a "transferência" da gestão e da administração dos cursos técnicos, autorizando a cessão dos Recursos Humanos, patrimoniais e financeiros a eles vinculados, conforme reconhecimento formal da FAETEC.

Com o Plano Estadual de Educação, Lei nº 5597/09, no segundo capítulo sobre a educação profissional, o decreto de 2008 é ratificado. A SEEDUC expõe os problemas que enfrenta para manter os cursos técnicos,

A SEEDUC/RJ enfrenta dificuldades na manutenção dos cursos técnicos, especialmente para acompanhar os novos desafios e, principalmente, nos municípios do interior do Estado, encontrando-se problemas, como:

- *Inexistência de recursos para modernização dos estabelecimentos;
- *Inexistência de concursos públicos para atender à necessidade da rede;
- *Oferta insuficiente de formação de professores para as diversas áreas da Educação Profissional;
- *Desarticulação entre a pesquisa da demanda regional e a oferta dos cursos de Educação Profissional de nível técnico;
- *Carência de parcerias empresas e escolas e, ainda, de interação entre as escolas e as universidades;
- *Despreparo dos alunos que ingressam na Educação Profissional, com relação aos conhecimentos básicos;
- *Além disso, existe, atualmente, um contingente significativo de profissionais de diversas áreas, sem qualificação pedagógica, atuando como professores nos cursos da Educação Profissional, quadro agravado pela falta de programas de educação continuada (PEE 2009, p.39).

Ficou ao encargo da FAETEC, o Ensino Técnico de Nível Médio, Formação Inicial e Continuada / Qualificação Profissional e a Educação Superior. Algumas das unidades são: Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEPs), Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), Escolas de Artes Técnicas (EATs), Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de

Janeiro (FAETERJs) e Centros de Referência em Formação de Profissionais da Educação (ISERJ e ISEPAM).

Dessa forma, a medida está afinada com a percepção na qual a educação vincula-se ao trabalho não apenas como forma de conseguir uma ocupação, mas como meio de entender a ciência dos processos produtivos que permeiam o mundo do trabalho, meio pelos quais homens e mulheres produzem sua condição humana (Brasil, 2007).

Segundo Farias (2016), na adequação da nova realidade do Ensino Profissional ofertada pelo Estado do Rio de Janeiro, dezessete Escolas Técnicas Estaduais (ETE) foram incorporadas pela Faetec, como o caso do ETE João Luiz do Nascimento, ETE República, ETE Oscar Tenório, ETE Ferreira Viana, ETE Henrique Lage, ETE Santa Cruz, entre outras.

Apesar de não incorporar o Colégio México, a FAETEC se faz presente na região da zona Sul do Rio de Janeiro, através de duas sedes. Uma na comunidade do morro Santa Marta, em Botafogo. Os cursos têm duração de 3 meses, a inscrição é realizada no próprio local, as vagas são preenchidas através de sorteio. A outra sede está localizada em Ipanema e oferece curso de ensino médio técnico, concomitante e subsequente em turismo e informática, para ingressar é necessário pagar a taxa de inscrição e realizar a prova de seleção.

Essas formas de ingresso na FAETEC muito diferem dos Colégios da SEEDUC, onde as inscrições são realizadas através do site. O estudante opta por até 3 colégios em ordem de preferência e aguarda a confirmação da matrícula. Não há taxas, tão pouco exame de seleção.

Percebemos assim, que as mudanças promovidas pelo poder público estadual para o acesso à EPT não foram apenas sobre as instituições ofertantes, mas a forma de ingresso. O pagamento da taxa de inscrição e a realização de exames, torna o acesso para concluir a última etapa da educação básica mais difícil. Sem contar que o público atendido no bairro de Botafogo e adjacências ficou com a opção apenas de qualificação profissional através da FAETEC no morro Santa Marta, ou deslocar-se para Ipanema em busca do ensino médio técnico.

Veremos a seguir a percepção dos funcionários que atuavam no Colégio México, através de entrevistas, à época da descontinuidade dos cursos profissionais.

3.2 - DINÂMICAS ADMINISTRATIVAS PARA O ENCERRAMENTO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nas últimas décadas, o ensino profissional na rede estadual do Rio de Janeiro passou por uma série de reformas e adaptações para atender às demandas do mercado de trabalho e às mudanças na legislação educacional. Acompanhando ou não as dinâmicas implementadas pelo governo federal, ocorreu uma reorganização da oferta da Educação Profissional buscando centralizar a sua administração na FAETEC. Isso implicou na descontinuidade de vários cursos em escolas ligadas à SEEDUC que não foram incorporadas pela FAETEC apesar da previsão legal.

De maneira geral, a descontinuidade do ensino profissional está relacionada com diversos cenários e contextos, podendo ocorrer por razões políticas, econômicas, sociais ou educacionais, as alterações nas políticas educacionais podem levar à descontinuidade de programas de ensino profissional, especialmente se houver uma mudança de prioridades ou de financiamento por parte do governo. As restrições orçamentárias são as limitações de recursos financeiros, que podem levar à redução ou descontinuidade de programas de ensino profissional em escolas e instituições de ensino (Santos, 2015).

Por conta da baixa demanda ou interesse por parte dos alunos ou falta de interesse da comunidade em programas de ensino profissional, as instituições podem optar por descontinuar esses programas e ainda se os programas de ensino profissional não estiverem atualizados em relação às demandas do mercado de trabalho ou às tecnologias emergentes, podem perder relevância e serem descontinuados (Santos, 2015).

Antunes (2001) afirma que algumas instituições podem enfrentar desafios de sustentabilidade na oferta de programas de ensino profissional, especialmente se não conseguirem garantir uma inscrição estável de alunos ou se não conseguirem manter parcerias com empresas e organizações.

Para se enfrentar a descontinuidade do ensino profissional, é importante que as políticas educacionais sejam flexíveis e adaptáveis às necessidades em constante mudança da sociedade e do mercado de trabalho, as instituições de ensino também podem buscar parcerias com o setor privado e com outras organizações para garantir a relevância e a sustentabilidade de seus programas de ensino profissional (Antunes, 2001).

Ciavatta et al., (2012) afirmam que o encerramento das atividades de ensino profissional em uma escola pode acontecer através de uma variedade de razões, como a falta de demanda, as mudanças nas políticas educacionais, problemas financeiros da escola, dentre outros motivos, quando uma escola decide encerrar um programa de ensino profissional, deve seguir um processo que envolve várias etapas.

Em relação à comunicação aos alunos e responsáveis, a escola deve comunicar oficialmente aos alunos e seus responsáveis sobre a decisão de encerrar o programa de ensino profissional, geralmente realizado por meio de cartas, reuniões ou outros canais de comunicação (Ciavatta et al., 2012).

Dentro desse período é importante que a escola estabeleça um prazo claro para o encerramento do programa de ensino profissional, permitindo que os alunos e responsáveis tenham tempo suficiente para fazer planos alternativos. A escola pode oferecer assistência aos alunos para encontrar outras opções de educação profissional, incluindo fornecer informações sobre programas semelhantes em outras unidades, ajudar na transferência de registros acadêmicos e orientar os alunos durante o processo de transição (Gentil et al., 2011).

No âmbito da rede pública de ensino, é fundamental que a unidade de ensino dê aos alunos matriculados no programa de ensino profissional a oportunidade de concluir o currículo e cumprir todos os requisitos de graduação ou certificação, independente do prazo de encerramento. Diante disso, cabe à direção solicitar junto à rede de ensino o prolongamento da oferta do curso especificamente para a conclusão das turmas ativas (Gentil et al., 2011).

A avaliação de recursos e ativos é um aspecto em que a escola pode precisar considerar nesse processo. Poderá haver a necessidade de realocar recursos, materiais e equipamentos que foram utilizados no programa de ensino profissional. A escola também pode precisar fazer ajustes no pessoal envolvido no programa de ensino profissional, o que pode incluir remoção para outros departamentos, unidades ou funções dentro da escola (Borges, 2004).

No contexto da comunicação com partes interessadas, além de alunos e responsáveis, a escola deve comunicar o encerramento do programa de ensino profissional a outros setores envolvidos, como funcionários, autoridades educacionais e parceiros do setor produtivo (Borges, 2004).

O encerramento de um programa de ensino profissional é caracterizado como uma decisão significativa que requer consideração cuidadosa dos impactos nos

alunos, funcionários e na comunidade escolar como um todo, sendo importante que a escola conduza o processo com transparência, comunicação aberta e suporte adequado aos alunos afetados (Arroyo et al., 2009).

Veremos a seguir com base nos relatos de antigos funcionários do Colégio Estadual México que a descontinuidade da EPT aconteceu de forma progressiva, porém não houve um suporte necessário da SEEDUC/FAETEC aos funcionários e estudantes, nem mesmo uma orientação para cursos técnicos próximos ao colégio.

3.3- ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO

No primeiro capítulo apresentamos a história do Colégio México de forma documental (leis, decretos, portarias). Desde a sua fundação e todas as transformações pela qual o colégio passou em relação a oferta de cursos para comunidade escolar. Neste tópico será apresentado a história do colégio através da memória de antigos funcionários.

Há uma distinção entre história e memória, Le Goff (1988) distingue, afirmando que a memória é uma forma viva e contínua de presença do passado, enquanto a história é uma reconstrução crítica e metódica desse passado. A memória é coletiva, ligada a grupos e comunidades, e tende a ser seletiva e subjetiva. Já a história busca ser objetiva, crítica e baseada em evidências.

O Colégio México foi um marco na vida de muitos, não apenas dos alunos, mas também dos funcionários que dedicaram anos de trabalho à instituição. Ao coletar e analisar as memórias desses antigos colaboradores, é possível vislumbrar uma rica tapeçaria de experiências e percepções sobre o processo de ruptura e suas consequências para o ambiente de trabalho.

Para muitos funcionários, o Colégio México não era apenas um local de trabalho, mas uma comunidade, uma segunda casa. As memórias que emergem desses relatos são repletas de nostalgia, gratidão e, em alguns casos, um toque de tristeza. Muitos recordam com carinho os colegas com quem compartilharam tantos momentos, as rotinas diárias que se tornaram parte de suas vidas e os desafios superados em equipe.

No entanto, ao abordar o processo de ruptura, essas memórias também revelam uma gama de emoções complexas. Alguns funcionários descrevem sentimentos de choque e incredulidade ao receberem a notícia do encerramento do colégio. Para muitos, foi como se um pedaço de suas vidas tivesse sido arrancado abruptamente.

Para buscar compreender o processo e os motivos que acarretaram o encerramento da oferta do ensino profissional no C.E México, buscamos realizar entrevistas com antigos funcionários da instituição. Entre nossos questionamentos centrais estavam as seguintes reflexões: teria sido a falta de interesse dos estudantes

do C.E. México? Ou uma redução no número de matrículas? E, ainda, qual seria o impacto da FAETEC na descontinuidade da EPT na escola em estudo? ¹

Optamos neste item apresentar a transcrição completa das entrevistas uma vez que entendemos o valor delas. O registro de memória é fundamental para a preservação e compreensão da história, cultura e identidade de um povo ou comunidade. Trazer os registros para o centro dessa pesquisa tem por objetivo dar espaço para que as diferentes vozes e perspectivas sejam ouvidas.

Como dissemos, nossa experiência como servidora no Colégio México nos sugere uma procura significativa pelo curso. Essa percepção não é exclusivamente nossa.

Ao registrar memórias, sejam elas individuais ou coletivas, estamos construindo um legado para as gerações futuras, permitindo que elas compreendam o contexto no qual vivemos, aprendam com nossas experiências e evitem repetir erros do passado. Além disso, o registro de memória também promove a conexão entre pessoas e comunidades, fortalecendo os laços sociais e proporcionando um senso de pertencimento e continuidade. Assim, podemos preservar tradições, valores e conhecimentos que, de outra forma, poderiam se perder ao longo do tempo, enriquecendo assim nossa compreensão do mundo e de nós mesmos.

A memória coletiva ajuda a reforçar a coesão social e a continuidade cultural, fornecendo um sentido de pertença e uma ligação com o passado. Halbwachs (1968) sugere que a memória coletiva é fundamental para a formação da identidade de um grupo. Através da lembrança compartilhada de eventos e experiências, os membros do grupo constroem um senso de identidade comum. O mesmo autor explora a relação entre memória e espaço físico, para ele, certos lugares têm significados especiais na memória coletiva e servem como âncoras para lembrar eventos importantes.

Muito se tem escrito sobre os conceitos de história e memória e suas gritantes diferenças. O senso comum tem, até hoje, operado esses termos como se fossem meros sinônimos. Quando se pergunta a uma pessoa sobre o seu passado, ela fala de suas memórias de infância, de acontecimentos felizes e de suas frustrações. Ao narrar tais memórias a alguém, ela pensa que está apresentando de forma ordenada a sua história (Motta, 2014, p.4).

¹ O projeto foi aprovado pelo comitê de ética da Instituição Proponente, Colégio Pedro II - CAAE:75926723.2.0000.9047 - Parecer:6.552.231.

Funcionários do Colégio concederam entrevistas relatando suas memórias. As entrevistas foram semiestruturadas, por se tratar segundo (Bardin, 2011) de um modelo de entrevista flexível que combina perguntas fechadas e abertas, o entrevistado tem a liberdade de se posicionar sobre o tema, sem que o entrevistador perca o controle do que quer saber. Foi realizada no google forms e enviada para os participantes por aplicativo de mensagens. (Não há identificação)

Entrevistado 1

O C.E. México já foi uma escola monstruosa de grande, igual o C.E. Amaro Cavalcanti ao C.E. André Maurois. Quando era na rua Dona Mariana, nº148, em Botafogo, a princípio não era compartilhado com a Escola Municipal. Eram três turnos somente do Colégio México com ensino médio regular e técnico. O Estado foi diminuindo o número de turmas e entrou a Escola Municipal Joaquim Nabuco para compartilhar o espaço. O C.E. México passou a funcionar à noite com turmas do E.M. regular e com apenas três turmas do pós médio-técnico em administração, uma para cada módulo. Quando terminaram os cursos técnicos não saiu em diário oficial e nenhum comunicado oficial. Nós descobrimos por uma aluna que tinha contato na sede da Secretaria de Educação (SEEDUC), que não era para matricular mais ninguém no 1º ano pois os cursos técnicos iriam acabar.

Ao chegar no Colégio no final de 2013 a diretora do município nos perguntou o que nós estávamos fazendo ali pois o Colégio México não iria mais ficar ali, iria se mudar. Nós chegamos no Colégio com ordem de despejo da diretora do município sem sermos comunicados pela SEEDUC. Para nós conseguirmos mudar foi um desespero pois dependíamos dos caminhões do Estado. Os caminhões não sabiam em que dia iam e nem que horário. Tiveram dias que íamos para lá de manhã, nós almoçamos num botequim bem direitinho, muito bom por sinal. O preço era em conta. Fica na Rua Dona Mariana, esquina com a Visconde Silva. Nós comíamos no botequim para enxergar o Colégio. Eles não tinham horário para chegar. Nós ficávamos com o olho no prato e o outro na rua para ver se o caminhão tinha chegado. Pois eles não tinham o nosso telefone nem sabiam quem nós éramos e vice-versa. E não tinha horário, chegávamos às 8:00h da manhã e não tinha hora para sair. Nos sentíamos esperando um técnico de televisão que diz não ter hora para chegar e que é necessário aguardar o horário comercial. Foi um parto para fazer a mudança. Foi uma loucura. Se não me falha a memória foram oito caminhões ao todo em dias diferentes. E nunca saiu em diário oficial que o C.E. México saiu da rua Dona Mariana. E o nosso tormento foi que os alunos faziam a matrícula pelo site “da matrícula fácil” e o endereço que saia para eles comparecerem era da rua Dona Mariana. E muitos alunos nós perdemos dessa forma pois eles chegavam lá a noite para confirmar a matrícula e não havia ninguém. Às vezes nós dávamos sorte de ter um servente ou um transeunte que informava onde a escola estava localizada. Fora isso, os alunos iam e dava com a cara na porta e isso foi por várias “matrículas fácil” que eles não mudaram o endereço. Foi no mínimo três anos assim. Não saiu nada em diário oficial. E assim foi, o curso técnico acabou e nós soubemos por alunos. Saímos do endereço informado pela diretora do município. O endereço levou 3 anos para mudar... tudo no Estado é assim... tudo no Estado é assim...

Entrevistado 2

“Acho que agora dá para mostrar a importância do curso técnico principalmente se compararmos com o total de alunos que temos hoje. Outro ponto muito importante é que sempre entrava uma turma por semestre.

Quando fecharam o curso tínhamos 150 alunos pré matriculados, ou seja, teremos 3 turmas para o primeiro semestre !!!!”

“Outro fator importante é que no fim do 1 semestre tínhamos um convênio com o ministério da saúde e com o tribunal eleitoral. Os alunos tinham estágio remunerado e em alguns casos eram aproveitados pelas empresas terceirizadas.”

- Você sabe a causa de ter dado término no ensino técnico?

A "desculpa" foi que a FAETEC iria assumir, concentrar todos os cursos técnicos, o que vimos que era uma mentira, pois acho que o colégio estadual João Alfredo continuou ou ainda continua com curso técnico.

Entrevistado 3

Posso responder algumas perguntas. Outras não tenho conhecimento! Como professora do curso técnico não sei quantas turmas tinha no ensino médio. Eu não recebi nenhum aviso do fim do curso nem no que se transformaria a escola. Inclusive na época soube que seria uma escola de ensino fundamental de primeiro ciclo. Quando nós professores e alunos chegamos na escola a sala já estava sendo adaptada para a nova escola. Fizemos a aula no pátio. Entretanto, como tínhamos uma administração muito fraca não posso informar se a direção recebeu algum documento ou aviso e não nos forneceu. As informações do curso técnico que tenho conhecimento e que pertencem a minha área posso responder. Aconselho solicitar documento no México para saber sobre quantitativo de alunos na época do curso de ensino médio. Não tenho ideia! Mas certamente tínhamos muitas turmas.

Trabalhei no CE México por mais de 20 anos até a minha aposentadoria. A princípio, nos cursos técnicos de contabilidade e secretariado. Nós éramos 5 ou 6 professores. Cada professor ministrava no mínimo 2 disciplinas. Não havia concurso para essas disciplinas na SEEDUC há algum tempo. Com a morte de um docente e a transferência de outro, a mão de obra era insuficiente para ministrar os dois cursos existentes, contendo cada curso três módulos.

Diante desse quadro, os gestores do colégio para manter ao menos 1 curso técnico, agora na modalidade pós médio, fizeram uma enquete com os alunos para a escolha. Além dos cursos em vigor secretariado e contabilidade, a escola tinha autorização para ministrar os cursos de administração de empresas. Os alunos optaram por administração de empresas. A proposta foi levada à SEEDUC e autorizada.

O curso tinha disciplina de contabilidade I e II, direito administrativo e tributário, estatística, matemática financeira e economia, além de administração. Eu ministrava várias disciplinas: Teoria Geral da Administração I e II. Administração de produção; Administração de Materiais; Administração de Marketing; Administração de recursos humanos. O público eram os jovens da comunidade do Rio de Janeiro: Jacarezinho, Santa Marta, Rocinha e muitos do subúrbio do RJ: Penha, Olaria, Ramos....; a clientela eram: porteiros, camareiros do extinto hotel Gloria, diaristas, empregadas domésticas. Quanto à faixa etária a clientela era mista, senhoras entre 60, 50 anos, que queriam mudar de vida, não queriam mais ser empregadas domésticas... E jovens de 17, 18 anos e um pouco mais. Todos gostavam muito do curso.

Fazíamos uma aula de inauguração para os alunos ingressos. A antiga unidade da escola dispunha de um salão. Explicamos todos os procedimentos e comportamentos necessários ao curso. A questão da leitura, a maneira de encarar a vida, porque o curso tinha uma base grande para o mundo do trabalho. Éramos poucos professores, mas a dedicação era total, fazíamos com profissionalismo e muito amor.... e tinha mesmo muito amor por parte de todos os professores. Porque todos nós tínhamos outra fonte de renda além do magistério estadual. Alguns na iniciativa privada, outros na rede federal. Todos nós já tínhamos um bom salário. Nós íamos para o colégio para mudar um pouco a realidade daquele pessoal, sabe, ... e fazer com que eles progredissem profissionalmente na vida. A equipe tinha um interesse verdadeiro e genuíno. Por isso a aula inaugural era motivacional.

Nós falamos para os alunos: - “Ao término do curso vocês vão ler no Jornal uma notícia da área econômica e administrativa com uma outra visão, uma percepção muito mais clara. Vai mudar muita coisa na vida de vocês. ”

Os olhos dos alunos brilharam, pois, os mesmos estavam buscando essa mudança para melhor. E assim foi o curso por mais e 20 anos.

Até que duas profissionais da SEEDUC, duas jovens senhoras de 40 e pouco, 50 anos, apareceram na escola há aproximadamente 10, 11 anos atrás e foram conversar com os alunos sobre o encerramento do curso técnico.

Após isso, passado algum tempo o curso simplesmente acabou...

Quando nós chegamos na escola. Os alunos tinham chegado antes de mim. Quando eu cheguei tinham pedreiros na sala do curso técnico, do 3º módulo que era a nossa melhor sala que dava para rua Sorocaba, havia móveis mais confortáveis, sala ampla, arejada. Separamos essa sala para o 3 módulo como um prêmio por terem chegado até ali. Mas a sala toda estava sendo quebrada.

Nós já sabíamos naquela época que a SEEDUC não tinha o interesse de manter os cursos técnicos. E que a escola passaria a atender as crianças do ensino fundamental. Essas notícias corriam pelos corredores da escola e nós não recebemos nenhum comunicado oficial. Nem eu, nem os colegas professores. A situação foi triste pois foi desrespeitosa acima de tudo. Chegamos para trabalhar e as salas de aula do colégio estavam sendo quebradas. Demos aula no pátio. Para realizar a formatura naquele ano, precisamos deslocar os alunos para um outro Colégio no Leblon.

Nós já havíamos percebido a intenção de acabar com os cursos técnicos. Há 2 anos, antes do acontecido, solicitamos reunião junto à SEEDUC, fizemos abaixo assinado, os alunos fizeram passeata no bairro. Houve toda uma movimentação para tentar manter os cursos técnicos, mas não houve êxito. À época era o Governo Sérgio Cabral. Não havia a intenção da SEEDUC em continuar com os cursos. Lutamos com todas as nossas forças, mas infelizmente não conseguimos resolver a situação. Os cursos técnicos acabaram, a escola acabou, mudando-se para outro endereço com turmas apenas da EJA. A notícia que tivemos do antigo prédio da escola México, na rua dona Mariana, é que virou escola que tem outra função junto à sociedade, não mais formar profissionais da área técnica e sim, ensino médio comum. Enfim, o Estado muda os objetivos e de uma forma cruel, extermina o curso que estava dando certo, que sempre deu certo. Sempre teve muita procura pois era o único da região que tinha essa oferta. E principalmente era desempenhado por professores extremamente comprometidos com a educação.

Através das entrevistas percebemos as tensões geradas. Além do encerramento dos cursos técnicos, outra problemática foi a saída do colégio do espaço físico situado à rua Dona Mariana para a rua da Passagem no mesmo bairro. Nora (2012), explora a tensão entre memória e história e introduz o conceito de lugares de memória, que são os espaços onde a memória coletiva se cristaliza e se perpetua.

“A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora,2012, p.1).”

3.4 ANÁLISE DA NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL IMPLEMENTADA E RECEBIDA PELOS FUNCIONÁRIOS

Avaliar a maneira como a nova política educacional foi implementada desempenha um papel crucial na compreensão do seu impacto. A eficiência dos processos de comunicação, o envolvimento dos funcionários na fase de planejamento e a clareza das diretrizes estabelecidas são elementos que influenciam diretamente a recepção da política no ambiente educacional. Uma implementação transparente e participativa pode criar um ambiente propício à aceitação e colaboração.

É fundamental considerar as diferentes visões dos funcionários, pois isso proporciona uma compreensão abrangente dos desafios e benefícios percebidos. A diversidade de reações pode ser influenciada por variáveis como a experiência profissional, a familiaridade com as novas abordagens pedagógicas, e a compreensão das implicações práticas da política no dia a dia escolar. Além disso, a criação de espaços para o diálogo e a participação ativa dos funcionários no processo de implementação contribui para uma transição mais suave e inclusiva. Iniciativas que promovam o compartilhamento de ideias, ofereçam suporte à formação contínua e permitam que as preocupações dos funcionários sejam ouvidas são componentes essenciais para construir um ambiente colaborativo.

A análise das diferentes perspectivas e reações diante das mudanças revela a diversidade de experiências e opiniões dentro da comunidade educacional. Alguns funcionários podem perceber a nova política como uma oportunidade de aprimoramento, alinhando-se com as necessidades contemporâneas da educação. Outros, por sua vez, podem resistir às mudanças, sentindo-se desafiados pela quebra de rotinas estabelecidas ou pela percepção de que as novas diretrizes não atendem adequadamente às demandas específicas da comunidade escolar. Vejamos através de uma avaliação crítica das entrevistas apresentadas acima como os funcionários do Colégio México interpretaram o encerramento da oferta de EPT na unidade.

O primeiro elemento das falas das entrevistadas a ser destacado é a comunicação entre a Secretaria de Educação e o Colégio. Segundo os entrevistados, a revelação do encerramento dos cursos técnicos surgiu de forma inusitada. Alguns funcionários não se recordam como foi que ocorreu. Todavia, segundo o entrevistado 1, foi através de uma aluna que tomaram conhecimento do encerramento da oferta do curso técnico em administração.

Em nossa pesquisa, não encontramos indícios de ter sido realizado um comunicado oficial, nem uma publicação em diário oficial voltada diretamente para avisar as escolas sobre os procedimentos de encerramento. Tal postura da secretaria causou surpresa e incerteza entre os funcionários. A falta de transparência por parte das autoridades educacionais é evidenciada pelos relatos sobre a situação. Revela o quanto foi surpreendente a notícia do encerramento dos cursos técnicos. Um certo dia, uma aluna chegou à secretaria do Colégio, informando que, ao cobrar documentos da SEEDUC, recebeu por meio de um e-mail o aviso do encerramento do curso.

A falta de uma comunicação mais formal, como reuniões com os professores, é destacada como desrespeitosa pela entrevistada. A falta de transparência ocorreu pela ausência de qualquer documento direcionado especificamente para a unidade sobre o fim dos cursos técnicos.

Ainda que não houvesse um comunicado oficial, a partir desse momento uma série de situações complicadas começam a surgir. O entrevistado 1, relata que certa vez, chegaram ao Colégio, no final de 2013, e a diretora do município questionou a presença da comunidade escolar do Colégio México ali no edifício. Através dela receberam a notícia: Colégio México não iria mais ficar ali, iria se mudar. Atordoados, os professores e alunos não souberam o que iriam fazer, mas continuaram a usar as dependências, não sem problemas.

O entrevistado 3, afirma que um dia chegou à escola, os alunos do terceiro módulo estavam aguardando-a próximo a sala. Essa era a melhor sala da unidade, “havia móveis mais confortáveis, sala ampla, arejada. Separamos essa sala para o terceiro módulo como um prêmio por terem chegado até ali”. Só que para surpresa de todos: “a sala toda estava sendo quebrada”.

Disse ainda que, além das obras não serem comunicadas, em certo momento, a diretora do município decidiu por impedir o acesso às salas pelos funcionários e alunos da instância estadual, mandando lacrar aquelas que estavam no primeiro andar. Impedidos de usar aquele ambiente, os docentes passaram a ministrar suas aulas no pátio. A situação prolongou-se por três meses, de outubro a dezembro de 2013. Sendo obrigados a deslocar os alunos para realizar a formatura em um outro Colégio, no Leblon.

Tudo ocorreu sem um comunicado oficial da SEEDUC. Não se tinha certeza sobre a continuidade dos cursos técnicos, tão pouco do espaço. Na verdade, ninguém

sabia se ainda haveria o Colégio México. Não localizamos registros oficiais para termos uma visão distinta acerca do processo de comunicação. Sabemos apenas que depois de algum tempo foram enviadas duas senhoras para conversar com os alunos contando sobre a decisão do Estado e avisando sobre a restrição da oferta do Ensino Profissional à Rede FAETEC.

A presença das representantes da Secretaria de Educação foi dada apenas pelo entrevistado 3, provavelmente, porque o sentimento de abandono pode ter suprimido o fato da memória da maioria dos entrevistados. Além disso, a presença das representantes da SEEDUC-RJ foi no sentido de conversar com os alunos, e não com os professores e demais funcionários. Esses seguiram sentindo-se sem a atenção e o respeito merecidos.

Os alunos e docentes não ficaram parados. O entrevistado 3, destacou em seu relato a mobilização da comunidade contrária ao encerramento da EPT. Administrativamente, foi solicitada uma reunião junto à SEEDUC para compreender a situação. Os alunos fizeram uma passeata pelo bairro de Botafogo para denunciar a intenção de acabar com o curso técnico, assim como promoveram um abaixo assinado com o objetivo de marcar a demanda da comunidade pela continuidade da EPT. Como afirma o entrevistado, “houve toda uma movimentação para tentar manter os cursos técnicos, mas não houve êxito”. Na avaliação da profissional, naquela época, sob a gestão do Governo Sérgio Cabral, não havia a intenção da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) em dar continuidade aos referidos cursos. A comunidade empreendeu os esforços que tinha para reverter tal cenário, contudo, lamentavelmente, não lograram êxito em solucionar a questão.

O processo de descontinuidade da oferta do curso de fato foi acompanhado pela mudança de endereço. O processo é descrito pelos entrevistados como caótico e marcado por muito desrespeito. Mais uma vez, a falta de comunicação interna é evidente. De fato, a mudança foi informada pela diretora da escola municipal, Joaquim Nabuco, e não por uma agente do poder estadual. Os relatos destacam a complexidade logística e emocional durante o processo de mudança de endereço do colégio. A situação de despejo, sem prévio aviso do Estado, gerou muita ansiedade e demandou muita disponibilidade das servidoras. A dependência de caminhões do Estado para a mudança tornou-se um desafio. Como contam os entrevistados, não havia uma previsibilidade da chegada dos meios de transportes. Nem tão pouco havia um contato direto com os responsáveis pela logística.

Ao ser comunicada da ordem de despejo, o entrevistado 1, procurou informações junto ao setor de infraestrutura que nada soube informar. Era certo a vinda dos caminhões de mudança do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, não havia previsão de dia, muito menos de horário. Diante disso, até o horário do almoço era confuso diante da expectativa da mudança. Como citado pelos entrevistados: “nós almoçamos num botequim bem direitinho, muito bom por sinal. O preço era em conta. Fica na Rua Dona Mariana, esquina com a Visconde Silva. Nós comíamos no botequim para enxergar o Colégio”.

Foram feitas muitas viagens entre os dois endereços para levar tudo para o novo edifício. Ao chegar ao local, constatou-se a ausência de espaço para os materiais e documentos. O prédio era muito menor. Até hoje não há espaço adequado para a organização dos arquivos, por exemplo.

A desorganização nos processos administrativos fica ainda mais evidente quando se constata a demora em atualizar o endereço no próprio sistema da rede de educação. A situação é agravada pela ausência de atualização no site do Matrícula Fácil, o que resulta na perda de alunos que se dirigiam ao antigo endereço. Foram três anos até a atualização.

A perda de alunos foi um dos desafios da nova situação do Colégio México. Para dimensionarmos essa situação cabe observar nas entrevistas as impressões sobre o número de alunos enquanto a unidade ofertava os cursos técnicos.

Logo no início de sua fala, o entrevistado 2, destaca a grandiosidade e a importância histórica do Colégio México, equiparando-o a outras instituições renomadas. O entrevistado 3, por sua vez, afirma que “o curso que estava dando certo, que sempre deu certo. Sempre teve muita procura pois era o único da região que tinha essa oferta”.

O entrevistado 2, relata que a escola era muito grande, contendo mais de 1.000 alunos no turno da noite, atendendo a população adulta. Conforme mencionado, o Colégio era composto por: nove turmas de primeiro ano, cinco turmas de segundo ano e quatro turmas de terceiro ano. Mais três turmas de pós-médio técnico em administração.

O entrevistado relata que havia a busca pelo ensino médio regular devido ao interesse dos alunos pelo curso pós-médio técnico. Afirma ter 150 alunos pré-matriculados para o semestre seguinte, quando da interrupção da oferta de EPT. Em 2014, seriam mais três turmas só no primeiro semestre.

A atividade do Colégio também é atestada através da busca por oferecer oportunidades de estágio para os seus estudantes. No ano letivo seguinte, seriam iniciados dois convênios para estágios remunerados como o Ministério da Saúde e com o Tribunal Regional Eleitoral. Abrindo a possibilidade de serem aproveitados, após formados por empresas terceirizadas.

Ao concluir a entrevista com a expressão "tudo no Estado é assim", o entrevistado 1, destaca a resignação e a crítica ao funcionamento burocrático e pouco transparente das instituições públicas. O relato oferece-nos uma visão contundente das adversidades enfrentadas pelos funcionários durante a transição do Colégio México, evidenciando a necessidade de uma gestão mais eficiente, transparente e sensível às necessidades da comunidade escolar.

As entrevistas destacam uma experiência marcante sobre o encerramento dos cursos técnicos no Colégio México, fornecendo uma visão abrangente das questões administrativas e emocionais enfrentadas pelos funcionários. O desinteresse dos alunos na escola é enfatizado, destacando a falta de estímulo para administrar a instituição diante desse cenário.

A descontinuidade da oferta de Ensino Profissional no Colégio México deixou na memória da comunidade uma marca de desrespeito e pouca transparência por parte da SEEDUC. A falta de uma reunião com os professores para discutir o fim dos cursos, uma notificação ou mesmo informes sobre a possibilidade de incorporação pela FAETEC é percebida como negligência institucional.

Os relatos apontam a falta de prioridade para a educação, a falta de investimento em infraestrutura própria para escolas compartilhadas e a acumulação de arquivos de outras escolas como desafios enfrentados não apenas pelo Colégio México, mas por outras instituições compartilhadas.

Ao final, os entrevistados expressaram sua tristeza e decepção ao deixar a escola, ressaltando o sentimento de ingratidão com a profissão e o desafio de dedicar uma vida ao ensino, mas sair desconsiderados.

A incerteza em relação ao futuro profissional também foi uma fonte de ansiedade para muitos funcionários. Após anos de dedicação ao Colégio México, encontrar-se tendo que se adaptar a um novo ambiente de trabalho foi um desafio significativo para muitos. Além disso, as consequências para o ambiente de trabalho foram profundas. Muitos funcionários relatam um clima de tristeza e desânimo entre

os colegas, enquanto outros descrevem um senso de camaradagem ainda mais forte à medida que enfrentam juntos os desafios da transição.

Cabe destacar ainda um aspecto levantado por esses diálogos: a FAETEC realmente assumiu exclusivamente a oferta de EPT do Estado do Rio de Janeiro? O entrevistado 2, revela um indício para avançarmos em nossas pesquisas. Ao questionarmos sobre os motivos para o encerramento dos cursos, a mesma discorda da justificativa oficial, em suas palavras: “A “desculpa” foi que a FAETEC iria assumir, concentrar todos os cursos técnicos, o que vimos que era uma mentira, pois acho que o colégio estadual João Alfredo continuou ou ainda continua com curso técnico”.

De fato, através do decreto 41186 de 19/02/2008, o governador determinou que as escolas da SEEDUC com EPT fossem colocadas à disposição da FAETEC. O ato foi justificado, entre outras coisas, pela “necessidade de unificar os procedimentos didáticos, pedagógicos e administrativos relacionados com a oferta de cursos de educação profissional de nível técnico” e pela própria natureza da fundação.

Além disso, Fortes (2013), reforça a ideia de que a SEEDUC/RJ alegava enfrentar muitas dificuldades na manutenção da EPT, lutando para acompanhar os novos desafios do Ensino Profissional. Todavia, por um lado não se tem ao certo quais eram esses desafios, nem tão pouco as razões para a continuidade de algumas escolas vinculadas a SEEDUC manterem a oferta de cursos técnicos.

O Colégio Estadual João Alfredo em Vila Isabel continuou ligado à SEEDUC e ofertando EPT. Ali, o ensino profissional é ofertado na modalidade do pós-médio técnico com especialização em administração de empresas. Em matéria do jornal O Globo, a diretora afirmou que:

Atualmente somos a única escola pública de ensino médio de Vila Isabel, oferecendo as opções de ensino regular (formação geral); cursos técnicos subsequentes (pós-médio); e ensino médio para jovens e adultos (EJA). Em razão do tombamento, fica proibida qualquer destruição ou descaracterização — esclarece Carneiro (O Globo, 2018).

Tal confirmação reforçou nossa curiosidade sobre esse processo de descontinuidade/permanência da oferta do Ensino Profissional na SEEDUC. (SEEDUC, Mapa das Escolas, 2024).

Entramos em contato com a diretora, visitamos o Colégio Estadual João Alfredo, uma grande área tombada pelo IPHAN. O colégio possui um grande acervo, com a curadoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Centro de Memória do Colégio em parceria com a associação dos ex-alunos. Trata-se de um

resgate histórico com evidências documentais sobre a primeira escola técnica federal do país. Criada em 1875 como Asylo dos Meninos Desvalidos e em 1894 foi transformada em Instituto profissional. (fonte: acervo do colégio).

Nossa visita ao colégio foi motivada com intuito de buscar informações sobre a documentação que permitiu a continuidade do curso pós-médio técnico em administração vinculado à SEEDUC. A diretora nos deu acesso à resolução 5149/14 (D.O. 04/11/2014 - em anexo), que observa os seguintes dispositivos sobre a Educação Profissional: na Lei Federal nº 9.394/96 e nº 11.741/2008; no Decreto Federal nº 5.154/2004 e na Lei Estadual nº 5.597/2009 e 5.427/2009.

Através da resolução 5149/14, extraímos que: 1) 43 escolas receberam a autorização para continuarem a oferecer a educação profissional estando vinculadas à SEEDUC. Entre elas, cinco oferecem o ensino médio integrado, e as demais a modalidade de Ensino Técnico concomitante e subsequente. 2) Do total de escolas beneficiadas, 16 ofereceram a modalidade apenas para a finalização dos cursos, tendo encerrado os cursos entre 2014 e 2016. A escola Círculo Operário em Duque de Caxias permaneceu oferecendo o ensino profissional até 2021. Contudo, a grande maioria, 26 escolas continuam a ofertar a Educação Profissional, mantendo o vínculo com a SEEDUC. Na cidade do Rio de Janeiro, seis colégios foram mantidos.² São eles:

Regional	Colégio Estadual	Cursos Técnicos	Localização
Metro VI	Infante Dom Henrique	Hospedagem	Copacabana
Metro IV	CIEP Miecimo Da Silva	Edificações, Administração e Informática	Campo Grande
Metro IV	Èrick Walter	Administração	Campo Grande
Metro IV	Bangu	Análises Clínicas	Bangu
Metro VI	João Alfredo	Administração	Vila Isabel
Metro VI	Antônio Prado Júnior	Turismo	Tijuca

Fonte: A autora, 2024.

² Em anexo, disponibilizamos uma planilha geral com as informações extraídas do decreto sobre a localização dos Colégios de EPT mantidos pela SEEDUC no Estado do Rio de Janeiro.

Apesar da previsão pelo Plano Estadual de Educação de incorporação e criação de parcerias entre a FAETEC e as escolas da SEEDUC, não localizamos a efetivação dessas ações.

Como podemos ver, o Colégio México não consta entre as escolas que continuaram a ofertar a EPT, nem tão pouco poderia ser absorvido pela FAETEC. Após o ano 2012, o colégio tem sua trajetória completamente alterada, sendo transformado em uma unidade de Educação de Jovens e Adultos. Tão pouco podemos compreender o porquê da FAETEC não se interessar por incorporar o Colégio México a sua rede. Fizemos os procedimentos exigidos para pesquisa no centro de memória da FAETEC, todavia a resposta que obtivemos da mesma foi que não há documentos referentes a esse tema. Como vimos, trata-se de uma instituição com tradição na área, com alunos interessados e mobilizados, assim como profissionais atuantes. Sabemos, no entanto, que a descontinuidade afetou a comunidade.

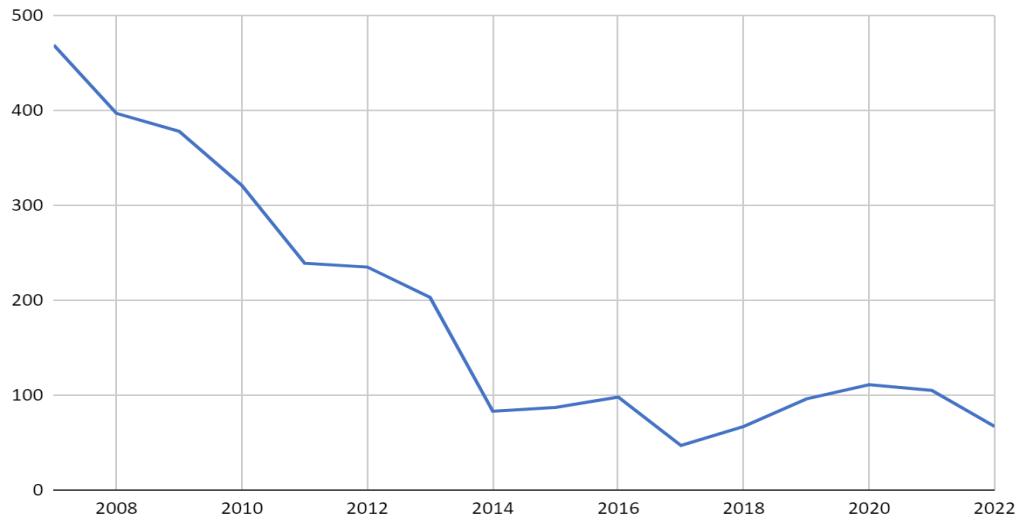
A entrevistada 3, destaca os efeitos da descontinuidade da EPT em sua fala,

Os cursos técnicos acabaram, a escola acabou, mudando-se para outro endereço com turmas apenas da EJA. Enfim, o Estado muda os objetivos e de uma forma cruel extermina o curso que estava dando certo, que sempre deu certo. Sempre teve muita procura pois era o único da região que tinha essa oferta. E principalmente era desempenhado por professores extremamente comprometidos com a educação.

As falas dos entrevistados, são muito significativas, para o contexto atual do Colégio. Antes funcionava no prédio próprio na rua Dona Mariana, nº148 em Botafogo. Passou a funcionar na rua da Passagem, nº 104, no mesmo bairro. Agora dividindo o espaço com a escola municipal João Saldanha.

Diante das narrativas buscamos junto a coordenação de estatística da secretaria estadual de educação, dados quantitativos do censo escolar, para verificarmos a proximidade entre a memória dos funcionários e a história do colégio através dos números.

Dos dados fornecidos pela SEEDUC-RJ através do setor de estatísticas educacionais, foi possível identificar o quantitativo de alunos matriculados ao longo dos anos de 2007 a 2022, nas diferentes modalidades de ensino ofertada pelo colégio em estudo. Dessas informações construímos o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Total de alunos matriculados no colégio México (2007-2022)

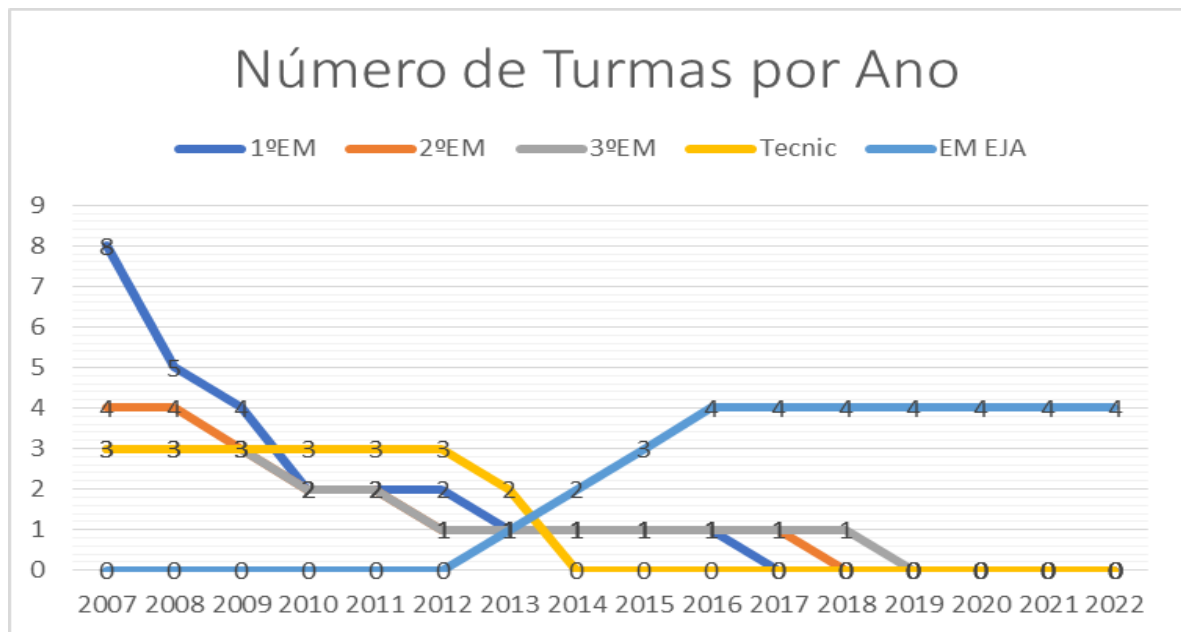
Fonte: Coordenação de Estatísticas Educacionais - (SEEDUC-RJ)

À primeira vista a queda do número de alunos, no gráfico 1, é brutal, principalmente, a partir do ano de 2014. Exatamente, no período do encerramento dos cursos de ensino médio regular e técnico subsequente em administração de empresas.

Nesse contexto é importante ponderar, que no ano de 2010, o estado do Rio de Janeiro ficou em penúltimo lugar no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com nota 2,8 quando a nota máxima a ser atingida é 10,0. Moisés Mazza mostra que essa pontuação motivou uma reformulação da rede estadual de educação, resultando no encerramento de 1626 turmas, e fechamento de 50 escolas. O governo Sérgio Cabral implementou uma política meritocrática buscando otimizar a relação entre o número de escolas e o desempenho dos alunos. (Mazza, 2019)

Neste sentido, o fechamento do ensino médio regular pode ter sido motivado pela referida política indicada por Mazza (2009). O Colégio México é afetado duplamente, seja pelo Plano Estadual de Educação (2009), seja pela otimização proposta pela nova gestão. Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Quantitativo de turmas do C.E. México entre os anos de 2007 e 2022:



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (Coordenação de Estatística da SEEDUC)

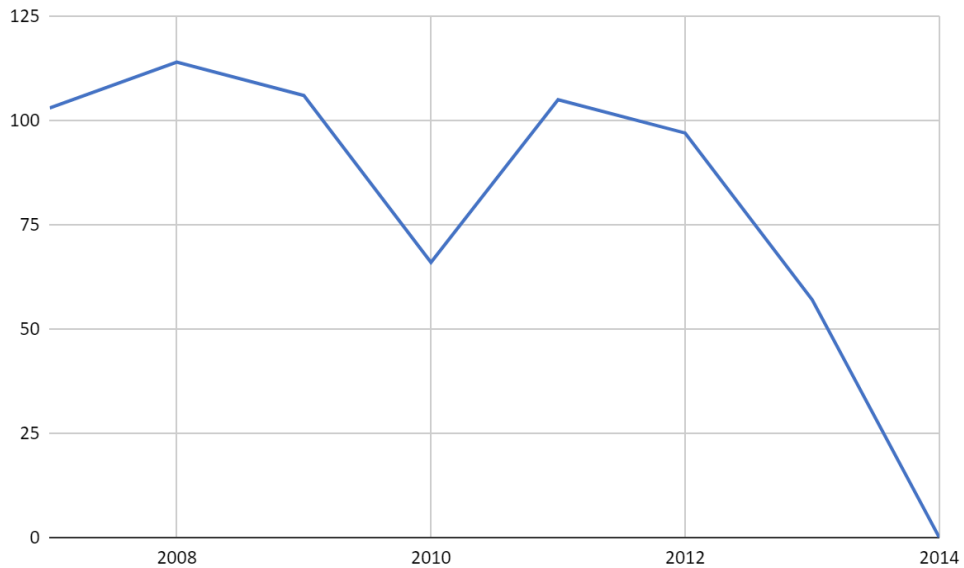
Ao qualificarmos os dados do gráfico 2, verificamos os seguintes impactos:

- Entre os anos de 2007 e 2012 houve o encerramento de dez turmas de ensino médio regular, a saber: seis de 1ºano; duas de 2ºano e duas de 3º ano;
- No ano de 2013 inicia a EJA no colégio com oferta de apenas uma turma de cada ano do EM regular e uma turma do curso técnico.

A tendência, após 2014, com a oferta apenas da EJA, foi um número menor que 100 alunos matriculados, chegando mesmo a ter apenas 47 alunos em 2017. O único período que a escola contou com mais de uma centena de alunos foi durante a pandemia. Época em que o governo passou a distribuir cestas básicas para os alunos enquanto ofertava a educação a distância.

No âmbito da nossa pesquisa, cabe observar mais detidamente os dados sobre o ensino técnico. No gráfico a seguir foram considerados apenas os alunos do técnico subsequente:

Gráfico 3 - Número de alunos matriculados no curso técnico subsequente do CE México (2007-2022)

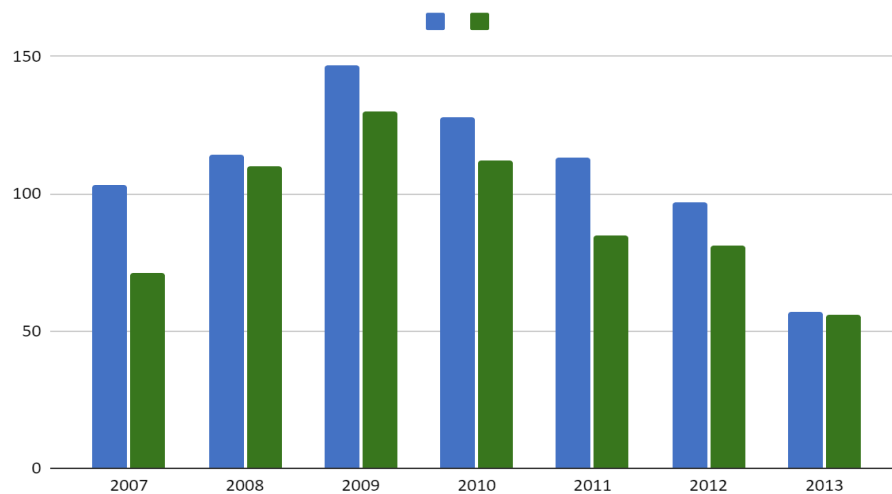


Fonte: Censo Escolar da Educação Básica. (Coordenação de Estatística da SEEDUC)

O gráfico 3, aponta que nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2011 havia mais de 100 alunos cursando o pós-médio técnico, ainda assim, a oferta foi encerrada em 2012 para novas matrículas, com alunos concluintes até 2014.

Analisando os dados procuramos entender se o encerramento das turmas de curso técnico aconteceu devido à baixa procura dos estudantes pelo curso. Com esse intuito comparamos o número de matrículas e de concluintes a cada ano, desde 2007 até 2013 no encerramento.

Gráfico 4 - Matrículas (cor azul) e concluintes (cor verde) por ano no curso técnico subsequente de Administração de Empresa (2007-2013)



Fonte: Coordenadoria de Estatísticas Educacionais - (SEEDUC-RJ)³

Os dados do gráfico 4, apontam um excelente aproveitamento do curso uma vez que a maioria dos alunos concluiu a formação no tempo estabelecido. Em 2013, no ano de encerramento, há um aproveitamento ainda melhor.

Com a retirada dos cursos técnicos e médio regular gerou um baixo número de alunos e conseqüentemente turmas reduzidas. Dessa forma, os professores precisaram ser alocados em outras unidades de ensino da rede estadual. E como os alunos interessados na EPT buscaram novos horizontes.

A evasão de alunos pode ser exemplificada através de entrevista realizada com três antigos alunos. Todos eles migraram para outras instituições na região, como Colégio Santo Inácio, em Botafogo. Essa instituição oferece gratuitamente no turno da noite a última etapa da educação básica vinculada a educação profissional, para o público adulto. Em ao menos um caso, segundo a secretaria da escola, o estudante migrou para uma instituição privada sem o apoio de programas de bolsas ou gratuidade, indicando o esforço pessoal em busca de uma formação profissional.⁴

Diante desses relatos, entendemos o desmonte da EPT no Colégio México, frente a desorganização do Estado do Rio de Janeiro. Realinhar a oferta da Educação

³ Os anos de 2009 e 2010 tiveram uma diferença de 32 e de 50 matrículas, respectivamente, essas não tiveram resultados de aprovação, reprovação ou abandono.

⁴ O projeto foi aprovado pelo comitê de ética da Instituição Proponente, Colégio Pedro II - CAAE:75926723.2.0000.9047 - Parecer:6.552.231.

Pública Estadual, frente ao Plano Estadual de Educação de 2009 até os dias atuais (2024) é um projeto inacabado.

Illich (1973), por sua vez, escreveu que em todo o mundo a escola possui um efeito anti educacional em relação à sociedade, reconhecendo a escola como a instituição especializada em educação, os fracassos da escola são entendidos, pela maioria, como prova que a educação é uma tarefa muito dispendiosa, complexa, misteriosa e muitas vezes quase impossível.

Ivan Illich, argumenta em seu livro “Sociedade sem Escolas” (1973), que o sistema escolar tem um efeito contrário ao que deveria ter em relação à educação na sociedade. Em suas análises críticas, destaca vários pontos que sustentam a visão de que a escola ou invés de educar de forma verdadeira e emancipatória, muitas vezes atua de maneira anti educacional. Argumenta que a escola perpetua as desigualdades sociais existentes, em vez de combatê-las. Promove a conformidade e a passividade ao invés da criatividade e da crítica. Illich, também ressalta a burocratização do sistema educacional, onde a ênfase está mais na administração e na manutenção das instituições do que na verdadeira educação. Ele acredita que essa burocracia desumaniza o processo educacional e transforma a escola em uma máquina de controle social.

No próximo capítulo, procuraremos demonstrar os resultados da pesquisa realizada entre os atuais alunos. Através de enquete, buscamos identificar como os discentes se posicionam diante da oferta de EPT pelo Colégio México.

4. DEMANDA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO: O PRODUTO EDUCACIONAL.

4.1 CRITÉRIOS DA PESQUISA

Nessa etapa buscamos observar através da metodologia de pesquisa quantitativa e qualitativa a demanda pela oferta de EPT no Colégio México. Isso ocorreu de duas maneiras, a primeira através dos dados da Secretaria de Educação e a segunda, através de consulta à atual comunidade escolar sobre o interesse por cursos técnicos.

A consulta com os educandos do Colégio Estadual México sobre o interesse pelo ensino profissional integrado ao Ensino Médio, foi motivada por nossa vivência. Desde que alguns estudantes vieram nos procurar buscando informações sobre cursos técnicos. Naquela época, trabalhávamos na unidade escolar como orientadora educacional desde 2020.⁵

Formalmente a pesquisa foi realizada por meio do formulário do google disponibilizado através do aplicativo de mensagens, *WhatsApp*. Optamos por não identificar os estudantes que responderam às perguntas. A escola atualmente conta com pouco mais de 40 alunos matriculados, entretanto no dia em que estivemos na escola para apresentar nossa pesquisa, no turno da noite, havia em torno de 30 estudantes. Desse grupo, conseguimos 18 respostas ao formulário.

A consulta foi estruturada da seguinte forma: primeiro fizemos um breve histórico do colégio para o conhecimento do corpo docente e discente:

O Colégio Estadual México iniciou suas atividades em 28/02/1955 como Colégio de Comércio México, situado em Botafogo, na rua da Matriz, 67. Oferecia à comunidade curso prático em escritório e arte feminina. Na década de 60, com a passagem da capital para Brasília, passou a pertencer ao Estado da Guanabara tendo seu nome alterado para Colégio Técnico de Comércio México, com os cursos técnico de contabilidade, administração e secretariado. Encerrou a oferta da Educação Profissional no ano de 2012 passando a oferecer o Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) até os dias atuais.” Esclarecemos ainda, na introdução do formulário o seu propósito, “Este formulário faz parte do projeto de pesquisa desenvolvido para o programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) no Colégio Pedro II - campus São Cristóvão III - pela mestrandia Mabel Freire de Oliveira.

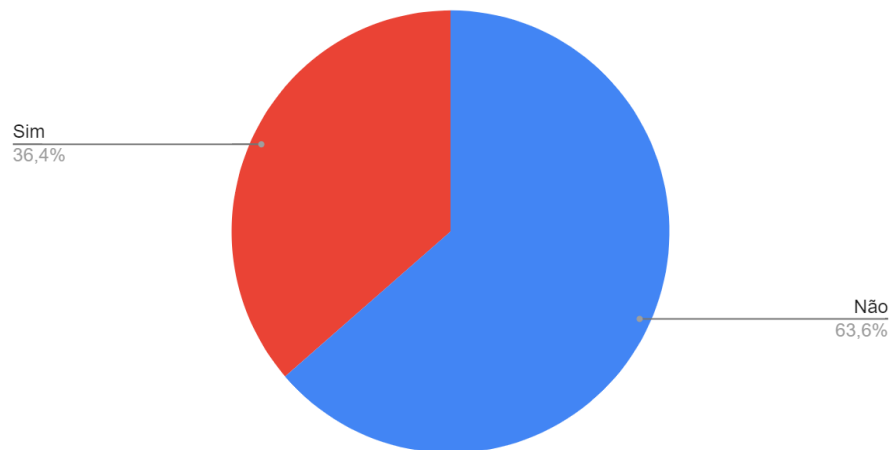
⁵ O projeto foi aprovado pelo comitê de ética da Instituição Proponente, Colégio Pedro II - CAAE: 75926723.2.0000.9047 - Parecer: 6.552.231.

Logo após, seguimos com as seguintes perguntas: 1-Você sabia que o C.E.México já ofertou, em algum momento de sua história, Ensino Técnico Profissional? () Sim () Não 2-Você acha importante concluir o Ensino Médio e ao mesmo tempo ter uma Formação Profissional para o mundo do trabalho? () Sim () Não 3- Qual o curso técnico que você acha interessante? “resposta livre” 4-Você sabe onde encontrar curso médio profissional próximo a escola? “resposta livre” 5- Você acha importante que o C.E.México retorne com o ensino técnico profissional? () Sim () Não 6- Caso conheça algo relacionado à história do C.E.México, escreva abaixo, nesse caso a resposta será livre.

4.2 RESULTADOS DA PESQUISA COM OS DISCENTES

1ª Pergunta: Você sabia que o C.E.México já ofertou em algum momento de sua história o Ensino Técnico profissional?

Gráfico 5 - Resultado: Sim 36,4% - Não 63,6%



Fonte: A autora, 2024.

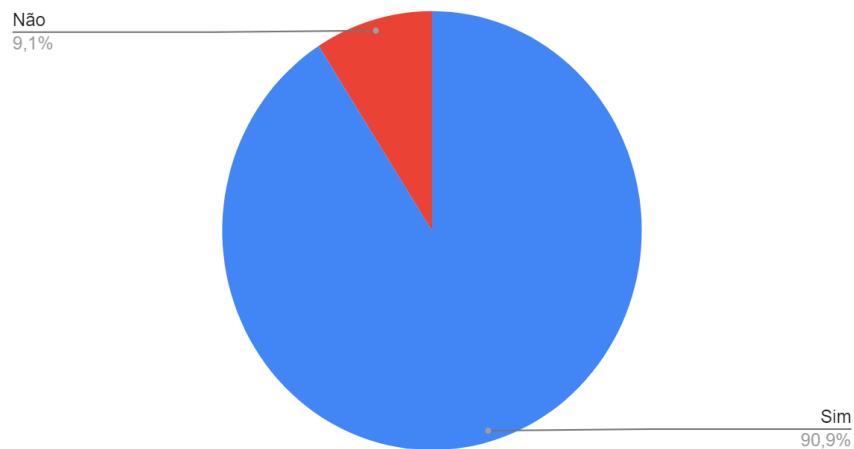
Nessa primeira pergunta podemos perceber que apesar do Colégio Estadual México ter atuado por mais de meio século no ensino profissional, hoje apenas 36% dos estudantes têm o conhecimento da trajetória da escola na oferta desses cursos.

Quando o Colégio encerrou os cursos técnicos, provocando uma redução do seu público, acabou sendo transferido para um espaço menor. Além da

descontinuidade da oferta, a mudança de endereço também pode ter contribuído para o apagamento da memória da EPT na unidade escolar.

2ª Pergunta: Você acha importante concluir o Ensino Médio e ao mesmo tempo ter uma formação Profissional para o mundo do trabalho?

Gráfico 6 - Resultado: Não 9,1% - Sim 90,9%

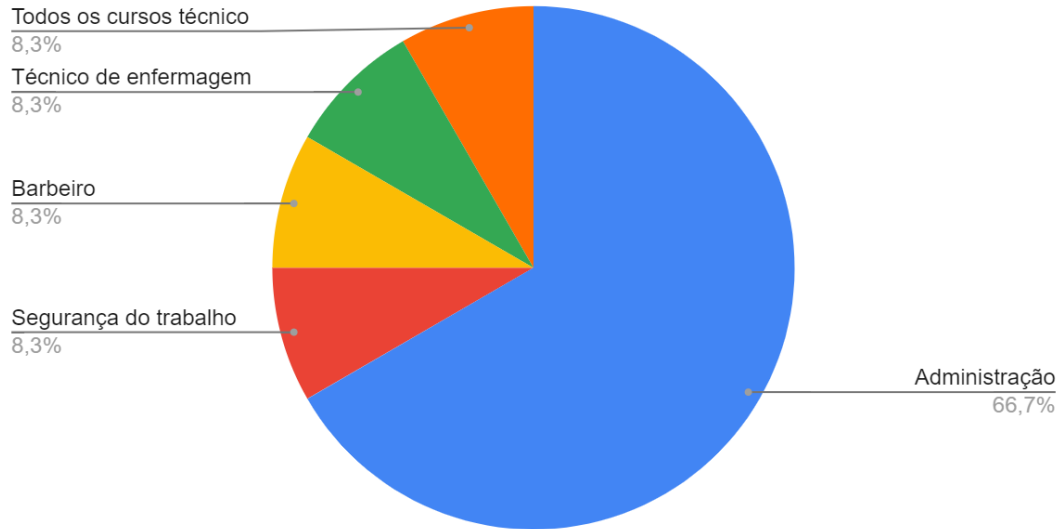


Fonte: A autora, 2024.

Analisando essa resposta, fica evidente, sob a ótica dos estudantes, que há uma urgência para a educação de jovens e adultos associar a conclusão da educação básica ao mundo do trabalho. 90% dos entrevistados consideram importante a formação integral no Ensino Médio.

3ª Pergunta. Qual a sua proposta de curso técnico para o colégio?

Gráfico 7

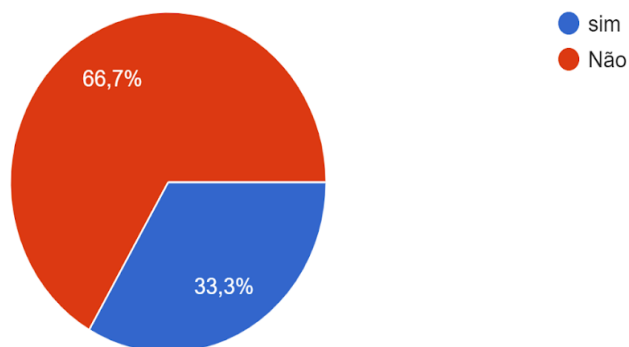


Fonte: A autora, 2024.

A preferência dos estudantes é pelo curso de administração. Esta pergunta foi de resposta livre, ou seja, não havia indicação de cursos. Cada entrevistado teve a oportunidade de escrever qual curso técnico acha interessante para o mundo do trabalho. O curso pós-médio técnico em administração coincidentemente estava sendo oferecido pelo Colégio até o ano de 2012. Isso indica que a interrupção da oferta não foi necessariamente associada à realidade da escola.

4ª pergunta. Você sabe onde encontrar Ensino Médio profissional nas proximidades da escola?

Gráfico 8



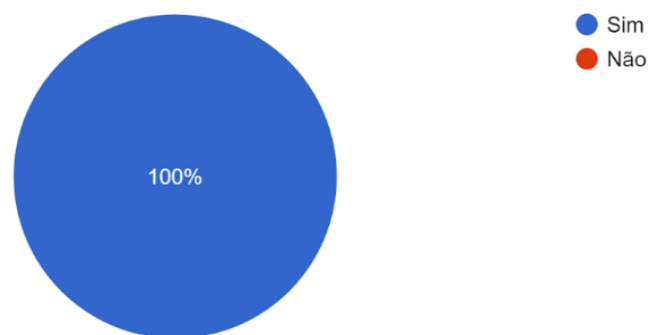
Fonte: A autora, 2024.

Dos alunos entrevistados, 66% não sabem onde ficam localizados cursos técnico profissional nas proximidades do Colégio México, no bairro de Botafogo, zona sul do RJ. Por isso achamos interessante informar os estudantes.

Comparando esse resultado com aquele que indica que os estudantes têm interesse nos cursos técnicos é possível perceber a falta de diálogo entre a SEEDUC e a FAETEC. As redes parecem não dialogar, e os alunos da SEEDUC interessados em fazer os cursos, demonstram não ter informações. Portanto, é importante que haja alguma ferramenta ou política pública nesse sentido. Provavelmente, retomar a oferta da EPT no próprio Colégio México seja ainda mais efetivo.

5ª Pergunta: Você considera importante a retomada do Ensino Médio profissional no colégio México?

Gráfico 9



Fonte: A autora, 2024.

Embora o plano estadual de educação de 2009 tenha direcionado o Ensino Médio profissional para a Rede FAETEC, todos os estudantes entrevistados consideram importante o Estado repensar a oferta para os colégios estaduais.

A pesquisa realizada aponta a importância de uma educação integrada, principalmente, para a modalidade de jovens e adultos. Igualmente, deixa evidente a falta de informações sobre oferta de cursos técnicos na região onde a escola está inserida.

O fazer pedagógico das professoras Marise Ramos (2014) e Acácia Kuenzer (2012) corroboram com a ideia de educação integradora pois entendem o trabalho no sentido ontológico, como algo essencial, inerente à própria sobrevivência. O homem

nasce animal e se constitui como ser humano no seu agir teleológico, ou seja, realiza tarefas com uma finalidade, age sobre a natureza na intenção de modificá-la.

A concepção da escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade, uma educação que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso à cultura etc. Não uma educação só para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo. Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social (RAMOS, 2014, p.2).

Moura (2018) aborda em seu livro, *“Trabalho e Formação Docente sobre a Lógica Estruturante”* de educação, uma educação profissional que seja emancipatória para a classe trabalhadora. A luta por uma educação pública, gratuita, laica, igualitária de qualidade socialmente referenciada para todos. Como eixo estruturante, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, para que sejamos sujeitos da própria história, sujeito da realidade. Compreender o contexto em que vivemos, a realidade de outros sujeitos não apenas de sua particularidade, é essencial para refletirmos sobre a coletividade.

Neste sentido, propomos nosso produto educacional: uma ferramenta digital que possibilite a divulgação e a localização das possibilidades da oferta de Ensino Profissional na região da Zona Sul do Rio de Janeiro. A seguir apresentaremos de forma mais detalhada o mesmo.

4.3 CRITÉRIOS DE FORMULAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Um produto educacional é qualquer recurso, material ou serviço desenvolvido com o objetivo específico de promover a aprendizagem, o ensino ou a formação em qualquer contexto educacional. Esses produtos podem variar amplamente em formato, abrangendo desde materiais didáticos tradicionais, como livros e apostilas, até recursos digitais, como softwares educacionais, aplicativos móveis, vídeos, jogos educativos, plataformas de e-learning, entre outros.

Almeida (2023), afirma que um produto educacional é qualquer ferramenta, recurso ou serviço criado com o propósito de facilitar a educação, o ensino e a aprendizagem, seja em ambiente formal, como escolas e universidades, ou em contextos informais de aprendizagem.

O produto educacional elaborado para esse projeto de pesquisa foi um e-book lúdico que conta a trajetória do Colégio Estadual México na educação profissional desde a sua criação em 1955 até a descontinuidade do ensino no ano de 2012. Assim como, traz informações de cursos técnicos nas proximidades do colégio.

Para a elaboração do produto educacional levamos em consideração o público que pretendemos alcançar, que é a comunidade escolar, estudantes, docentes, gestores e funcionários em geral. A escolha da apresentação lúdica foi para interagir melhor com o público da educação de jovens e adultos. O conteúdo é técnico, contendo, leis e decretos da educação profissional, por isso, acreditamos que uma aparência menos formal no produto educacional seja mais atrativa. Isso porque parte considerável do público alvo, que são os alunos, encontra-se afastada do ambiente escolar por anos.

O produto, além das informações históricas da escola, tem um caráter informativo e funcional sobre os Colégios Técnicos de Ensino Médio, localizados na zona sul do Rio de Janeiro, onde o Colégio México está inserido.

Ao final do e-book, apresentamos uma tabela com os nomes dos cursos técnicos, a oferta (integral, concomitante ou subsequente), o endereço, a natureza da instituição (público ou privado) e o link de acesso para maiores informações.

Esperamos com essa ferramenta fazer o resgate histórico da unidade escolar e orientar os estudantes quanto a oferta de EPT na zona sul do Rio de Janeiro. Pretendemos disponibilizar um folder, no Colégio, para o acesso ao e-book através de "QRCODE".

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a descontinuidade da oferta de educação profissional no Colégio Estadual México nos remeteu à época em que o Rio de Janeiro era a capital do país e o administrava. Indicou mudanças nas leis educacionais, tanto no âmbito nacional quanto no Estado do Rio de Janeiro, que reorganizou, mais recentemente, a oferta dos cursos técnicos, entre as redes SEEDUC e FAETEC, através do decreto de 2008 e Plano Estadual de Educação de 2009.

Identificamos através das entrevistas com os funcionários, que houve pouca comunicação da SEEDUC com a comunidade escolar, gestores, docente e discente, sobre a nova dinâmica estadual que desencadeou o encerramento da oferta do curso profissional no colégio. O mesmo não foi incorporado à rede FAETEC. Tampouco a rede se fez presente na geografia local como previa a lei. O que gerou, a princípio, uma carência de oferta da EPT, gratuito, para o público jovem e adultos na zona sul do Rio de Janeiro que necessita estudar a noite devido ao trabalho.

E não foram somente essas mudanças, o colégio foi realocado com a oferta da educação de jovens e adultos. O que gerou uma baixa procura no número de matrículas e desencadeando transtornos para vida profissional dos docentes que precisaram se realocar em outras unidades de ensino.

Através das enquetes com os estudantes concluímos que poucos conhecem a história da instituição, apesar de sua trajetória e tradição em ofertar a educação profissional para a população de jovens e adultos. Mais de 90% dos estudantes consideram importante vincular a última etapa da educação básica ao ensino profissional, embora, desconheça unidades próximas ao colégio que tenham tal oferta. Os cursos técnicos em administração de empresas foram os mais indicados pelos estudantes, caso o colégio voltasse a ofertar a EPT. Levando em consideração essa parte da pesquisa, elaboramos o produto educacional que é um e-book contendo a história da escola desde a sua fundação e orientamos através de uma planilha contendo links para acessar informações de cursos técnicos na zona sul do Rio de Janeiro.

A responsabilidade do poder público com a educação técnica e tecnológica do nosso país é prevista na Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Como apontamos, essa norma altera os dispositivos da redação original da LDB, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio,

da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. (BRASIL,2008)

As reformas e reorganizações das redes de ensino não podem inviabilizar, nem tão pouco dificultar o acesso e a permanência dos estudantes a todas as etapas da educação básica. Cabe ao poder público oportunizar o ingresso efetivo dos educandos ao mundo do trabalho. Esperamos com os dados dessa pesquisa colaborar para além da divulgação da trajetória da escola, facilitar o acesso à informação e despertar o poder público estadual para melhoria da oferta de cursos técnicos voltados para a comunidade local que carecem de cursos noturnos.

A Secretaria Estadual de Educação autorizou a pesquisa no dia 15/03/2024. Consultamos os números de matrículas e formandos, a comunicação entre a secretaria e a escola e outros sinais que nos ajudassem a compreender as razões para o encerramento da oferta da EPT no Colégio México. A referida pergunta ganhou mais força quando descobrimos que outras unidades de ensino ligadas à SEEDUC seguem oferecendo a formação profissional.

Diante desses dilemas acreditamos que a ausência de respostas definitivas na pesquisa não a invalida. Ao contrário, reflete a complexidade do objeto de estudo. A falta de respostas pode sugerir interesses distintos entre as instituições e a sociedade. Encaramos a falta de respostas não como uma falha, mas sim como um convite à continuidade do diálogo acadêmico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 Jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 27 Jul. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 1. ed. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 14 Jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5154&ano=2004&ato=3f7kXQU5keRpWT7da>. Acesso em: 14 Jun. 2022.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5597, de 18 de dezembro de 2009. Plano Estadual de Educação. Disponível em:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174661/plano_estadual_de_educacao_do_ri_o_de_janeiro.pdf Acesso em: 20 Jun. 2022.

RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 43.723 de 17 de Agosto de 2012. Disponível em:

<https://mminerva.blogspot.com/2012/08/decreto-n-43723-de-17-de-agosto-de-2012.htm> Acesso em: 20 Jun. 2022.

SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, diploma de conclusão de curso técnico de contabilidade. Arquivo do Colégio México, 1966.

AFONSO, Anthone M.M. e GONZÁLES, Wania R C. (2016) **Educação profissional e tecnológica: análises e perspectivas, da LDB/1996 à CONAE 2014**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/PsKggmVFGVTcXZzV3r8TqBP/?lang=pt>
Acesso em: Out. 2022.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)** 1. ed. / – Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2009.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem**. Educação e Pesquisa, 1. ed. São Paulo, v.29, nº2, p.327-340, jul./dez. 2003.

ANTUNES, R. “**Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal**”, In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (orgs.). Políticas públicas & educação básica. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2001, pp. 13-28.

ARANHA, M.L.A. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo, Moderna, 2002.

ARROYO, M.; FERRETTI, C. **As relações sociais na escola**. In: FLORASCIN, Paulo. et al. **Trabalho e formação: o caminho da vida**. 1. ed. São Paulo: Campus, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, S. de M. B.. **Ensino Técnico: uma prática de resistência**. Dissertação (Mestrado em Ciências Pedagógicas) – Instituto superior de Estudos Pedagógicos, 2004.

BORGES, V. L. B. **A Batalha Eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri/FAPERJ, 2011.

BOURDIEU, P. (1989). **O poder simbólico**. Brasil: Bertrand Brasil.

BRITO, L.L, et al. **O PROEJA no Colégio Pedro II: REVISTA LABOR**, v. 1, p. 123-148,2020. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/55254/1/2020_art_llbrito.pdf Acesso em: Jun. 2022.

BRITO, L.L. **Politécnica da aprendizagem e a centralidade do trabalho em Proudhon: alguns breves apontamentos**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, p.11235-12, 2020. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11235>> Acesso em: Jun. 2022.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. Retratos Da Escola**. v. 5 n. (8), 2012, p. 27–41.

Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45> Acesso em: 2 jun. 2022.

CORDÃO, F. A.; MORAES, F. de. **Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2017.

CORREIA, Divanez Alves; MALDANER, Jair José; CAVALCANTE, Rivadávia Porto. **A Educação Profissional Tecnológica na Base Nacional Comum Curricular: concepções e contradições**. Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Confresa. **Revista Prática Docente**. v. 5, n. 1, p. 563-581, jan./abr. 2020. Disponível em:

<http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/618/286> Acesso em: 22 jul. 2022.

FARIAS, Rosane de Abreu. **Ensino Médio Integrado na Rede FAETEC: do tecnicismo a uma nova concepção da educação profissional?** 2016. Disponível em: <https://ppfh.com.br/dissertacao/ensino-medio-integrado-na-rede-faetec-do->

[tecnicismo-a-uma-nova-concepcao-da-educacao-profissional/](#) Acesso em: 05 jul. 2023.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N.. **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREIRE, P. **Cadernos de formação: educação popular e direitos humanos**. São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Formacao_Educacao_Popular.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

FREIRE, P. **Educar com a mídia [recurso eletrônico]: novos diálogos sobre educação**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Disponível em <<https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2021/11/paulo-freire-educar-com-a-midia-novos-dialogos-sobre-educacao.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, G; RAMOS, M; CIAVATTA, M; **O Trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**- Excertos (2004). Disponível em: http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto_ciaavatta_ramos_o_trabalho_como_principio_educativo.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.

GERMANO M.G. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. 1. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

GIL, A.C. (2002) - **Como elaborar projetos de pesquisa?** 4. ed. São Paulo: Atlas S/A.

GOMES, L. C. G.. **Escola de Aprendizes de Artífices de Campos: história e imagens**. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Políticas-públicas-e-educacao-basica-4.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, tradução: Laís Teles Benoir, 1. ed. São Paulo: Centauro, 2004. (1968)

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Europa, 1789-1848. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007 (1977).

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

KUENZER, A. Z. (2012). **EM e EP na produção flexível: a dualidade invertida**. **Retratos Da Escola**, v.5, n.8, p. 43–55. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v5i8.46> Acesso em: 02 jul. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003;

MANFREDI, Sílvia M. **Educação Profissional no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MAZUR, Luciana de Souza. **A Educação Profissional entre os anos de 1942-1961: contribuições das leis orgânicas do ensino para a compreensão da educação no período**. 1. ed. Porto Alegre: 2021.

MAZZA, Moisés Giordano. **Meritocracia e trabalho docente: uma análise da gestão da SEEDUC/RJ entre os anos de 2010 e 2014**. 1. ed. Viçosa, MG, 2019.

MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. 1. ed. Artmed Editora, 2009.

MOURA, D. H.; HENRIQUE, A. L. S. **PROEJA: Entre desafios e possibilidades**. 1. ed. HOLOS, v. 2, p. 114–129, 2012.

MOTTA, M.M.M. (2014). **História e Memória**. v. 16 n. 17: Memória Social. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/149> . Acesso em: 10 jun. 2024.

NOGUEIRA, C. M.M. e NOGUEIRA, Maria A. (2002). **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 78. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXy5y7mFRqRjX7m/?lang=pt> Acesso em: 22 jun. 2023.

NORA, P., & AUN KHOURY, T. Y. (2012). **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES**. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> Acesso em: 11 jul. 2024.

OLIVEIRA, E. C.; SCOPEL, E. G. **Uma década do PROEJA: sua gênese, balanço e perspectiva**. 1. ed. Holos, v. 6, p. 120-144, 2016.

OLIVEIRA, M.G.L. **Escolaridade e processo de trabalho: o impacto das inovações tecnológicas na qualificação do trabalhador da indústria mecânica**. 1. ed. São Paulo, 1991. Tese (doutor.) - PUC-SP.

OLIVEIRA NETO, N.A; AZEVEDO, R.O.M; ARIDE P.H.R. **Trabalho como princípio educativo: uma busca pela definição do conceito e sua relação com o**

Capitalismo. (2018). *Educação Profissional E Tecnológica Em Revista*, 2(2), 43-55. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v2i2.387>. Acesso em: 11 jul. 2023.

OTRANTO, C. R. **Reforma da Educação Profissional no Brasil: marcos regulatórios e desafios.** *Revista Educação em questão*, v. 42, n. 28, p. 199-226, 2012.

PASINATO, Daniel. **Educação no período populista brasileiro (1945-1964).** *Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF*, 12(1), 2013

PINTO, A.M.R. **O mundo capitalista e as transformações do fordismo: a reabilitação da escola clássica na era das máquinas inteligentes.** 1. ed. São Paulo, 1991. Tese (doutor.) - PUC-SP.

PONCE, A. **A Educação e a luta de classes.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** *In: Ferretti, C. J., Zibas, D. M. L., Madeira, F., & Franco, M. L. P. B. Novas tecnologias, trabalho e educação.* 1. ed. Petrópolis /RJ: Vozes, 1994.

SILVA, Lucas Melgaço da, e CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. **“História da Educação Profissional no Brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018)”** in: *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*.5(1), 73-101. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v5i1.677>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SHIROMA, E. O.; LIMA FILHO, D. L. **Trabalho docente na educação profissional e tecnológica e no PROEJA.** *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 725-743, 2011.

SOUZA MACHADO, L. R. **O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA.** *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 689-704, 2011.

TORINELLI, Andressa e GARDIN, Simone. **Princípios e Concepções da Educação Profissional e Tecnológica: realidade ou utopia?** Trabalho de Conclusão de

Curso. IFSC, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1412>. Acesso em: 22 jun. 2023.

VITORETTE, J. M. B. **A não consolidação do PROEJA como política pública de Estado**. 2014. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

APÊNDICE - COLÉGIOS TÉCNICOS QUE PERMANECERAM SOB A SEEDUC APÓS O DECRETO DE 2014. E OS COLÉGIOS QUE TIVERAM ENCERRAMENTO APÓS 2015.

UNIDADES QUE FUNCIONAM COM ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Regional	Colégio	Cursos Técnicos	Localização
Metro IV	CIE Miecimo Da Silva	Edificações, Administração E Informática	Campo Grande
	Ce Êrick Walter	Administração	Campo grande
	Infante Dom Henrique	Hospedagem	Copacabana
Serrana I	Barão de Langsdorff	Agropecuária	Magé
	Dom Pedro II	*Produção de Áudio e Vídeo *Química	Petrópolis

Fonte: A autora, 2023.

AS UNIDADES EM FUNCIONAMENTO NAS FORMAS CONCOMITANTES E SUBSEQUENTE

Regional	Colégio Estadual	Cursos Técnicos	Localização
Baixada Litorânea	Conselheiro Macedo Soares	Administração	Niterói
Centro Sul	Monsenhor Tajarina do Prado	Agropecuária	Valença
Metro IV	Bangu	Análises Clínicas	Bangu
Metro VI	João Alfredo	Administração	Vila Isabel
	Antônio Prado Júnior	Turismo	Tijuca
Metro VII	Presidente Kennedy	Contabilidade Meio Ambiente	Belford roxo
	Tenente Otávio Pinheiro	Administração	
	Pres. Castelo Branco	Administração	Mesquita

Regional	Colégio Estadual	Cursos Técnicos	Localização
Metro VII	Aydano de Almeida	Administração	Nilópolis
	Tenente Otávio Pinheiro	Administração	Belford Roxo
	Pedro Álvares Cabral	Análises Clínicas	São João de Meriti
	Wilton Gama	Enfermagem	
Norte Fluminense	Montese	Enfermagem	São Fidélis
Serrana I	Moacyr Padilha	Análises Clínicas Mecânica	Três Rios
	Magé	Administração	Magé
	José Francisco Lippi	Agropecuária	Teresópolis
	Barão de Langsdorff	Agropecuária	Magé
Sul Fluminense	Prefeito Francisco Fontes Torres	Eletrônica	Volta Redonda
	Rondônia	Meio Ambiente	
	Baldomero Barbará	Química	Barra Mansa

Fonte: A autora, 2023.

UNIDADES QUE ENCERRARAM O CURSO APÓS 2015.

Regional	Colégio Estadual	Cursos Técnicos	Localização	Término
Baixada Litorânea	Desembargador José Augusto Coelho	Contabilidade	Rio Bonito	2015
	Baltazar Bernardino	Contabilidade	Niterói	2015
	Machado De Assis	Contabilidade	Niterói	2016
	Aurelino Leal	Administração e Contabilidade	Niterói	2014
	João de Oliveira Botas	Turismo	Armação de Búzios	2017
	Professor Renato Azevedo	Informática	Cabo Frio	2015
Centro Sul	João Kopke	Análises Clínica	Engenheiro Paulo de Frontin	2015
	Nilo Peçanha	Química	Barra do Piraí	2015
Metro I	Prefeito Luiz Guimarães	Contabilidade	Queimados	2015
Serrana II	Jamil El Jaick	Contabilidade Turismo Prótese Dentária Desenho de construção civil	Nova Friburgo	2015
Sul Fluminense	Barão de Aiuruoca	contabilidade	Barra Mansa	2015
	Barão de Mauá	contabilidade	Volta Redonda	2015
MV	Círculo Operário	Biotecnologia	Duque De Caxias -	2021
Norte Fluminense	Nilo Peçanha	Contabilidade	Campos Dos Goytacazes	2016
Serrana I	Irmã Cecília Jardim	Contabilidade	Petrópolis	2015

Fonte: A autora, 2023.

ANEXO A - FOTOS ATUAIS DOS PRÉDIOS QUE SEDIARAM O COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO

Figura 1 - 1ª sede do Colégio Estadual México em 1955, localizado na rua da Matriz, nº67, Botafogo - (à época denominado de Colégio Comercial México) - Hoje funciona a Escola Municipal México administrada pela prefeitura do Rio de Janeiro.



Fonte: Google Maps, 2023

Figura 2 - 2ª sede do Colégio Estadual México em 1972, localizado na rua Dona Mariana, nº148, Botafogo. (à época denominado Colégio Técnico de Comércio México). Hoje funciona a E.M. Joaquim Nabuco, administrada pela prefeitura do Rio de Janeiro.



Fonte: Google Maps, 2023

Figura 3 - 3ª e atual sede do Colégio Estadual México desde 2012, localizado na rua da passagem, nº104, Botafogo. Funciona no turno da noite e divide espaço com E.M. João Saldanha, administrada pela prefeitura do Rio de Janeiro.



Fonte: Google Maps, 2023

ANEXO B – DECRETO 41.186



PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 41.186

DE 19 DE fevereiro DE 2008.

DETERMINA A TRANSFERÊNCIA DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO MINISTRADOS PELAS SECRETARIAS DE ESTADO E SUAS VINCULADAS PARA A FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO:

- a importância estratégica para o Governo do Estado do Rio de Janeiro da educação profissional de nível técnico;
- a necessidade de unificar os procedimentos didáticos, pedagógicos e administrativos relacionados com a oferta de cursos de educação profissional de nível técnico;
- que a educação profissional mereceu capítulo especial na Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- a finalidade precípua da Fundação de Apoio à Escola Técnica, estabelecida em seu ato de criação

DECRETA:

Art. 1º - Ficam os cursos de educação profissional de nível técnico ministrados pelas Secretarias de Estado e suas vinculadas transferidos para a Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC.

Parágrafo Único – A transferência prevista no "caput" deste artigo compreenderá a gestão e a administração dos referidos cursos, ficando desde já autorizada a cessão dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros a eles vinculados, conforme reconhecimento formal da FAETEC, observada a legislação pertinente.

Art. 2º - As Secretarias de Estado e as entidades vinculadas que ofereçam os referidos cursos terão o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do presente Decreto, para colocá-los à disposição da FAETEC, que passará, a partir desta data, a ser a única gestora dos cursos de educação profissional de nível técnico.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2008.

SÉRGIO CABRAL

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/CPPII



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE - ESTUDANTES

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada “DESCONTINUIDADE DO ENSINO PROFISSIONAL NO COLÉGIO ESTADUAL MÉXICO. IMPACTOS E SOLUÇÕES PARA COMUNIDADE ESCOLAR. (Rio de Janeiro, 2012-2023)”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica / Colégio Pedro II – na instituição de ensino: Colégio Estadual México e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: O objetivo do estudo é investigar a descontinuidade do Ensino Profissional no Colégio Estadual México.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em: Primeiro momento responder um questionário semiestruturado previamente estabelecido através do aplicativo que trate de sua percepção sobre a descontinuidade dos cursos profissionais no Colégio México. O questionário será aplicado no Colégio Estadual México – terá duração aproximada de 20 minutos. Os dados obtidos serão confidenciais e não serão divulgados com identificação dos participantes, visando assegurar o sigilo de sua contribuição.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, o participante pode apresentar timidez e/ou nervosismo. Caso algum participante se sinta desconfortável com a pesquisa, ele poderá se ausentar do ambiente assim que sentir necessidade, sem qualquer tipo de prejuízo. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: interação com uma atividade elaborada visando o resgate histórico do colégio que faz parte do cotidiano dos participantes. A pesquisa, como um todo, permitirá a obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para o Ensino Profissional, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o corpo docente e discente. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com a pesquisadora. Caso você concorde em participar, as páginas deverão ser rubricadas e a última página será assinada por você e pela pesquisadora. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso a pesquisadora Mabel Freire de Oliveira pelo telefone (21) 995242587 ou pelo e-mail: mabmel35@gmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da

Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
Pesquisa, Extensão e Cultura (PROGPEC), sala 202-B – São Cristóvão –
Rio de Janeiro, CEP 29921-903
TEL: 21 3891-0020 – Email: cep@cp2.g12.br
Site: <http://www.cp2.g12.br/blog/cepspii/>

Página 1 de 2

Fonte: Arquivo do Colégio Pedro II.